

## SOCIUS WORKING PAPERS

# **(DES)CONTINUIDADES DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM MOÇAMBIQUE E OS SEUS EFEITOS NA INTEGRAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS**

**Joana Manuel Matusse Joaquim &  
João Mosca & Ana Sampaio**

**Nº 01 /2021**

SOCIUS Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações  
CSG Investigação em Ciências Sociais e Gestão  
ISEG Lisbon School of Economics & Management | Universidade de Lisboa  
URL: <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/home.html>

Apoio:

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

## **(Des)continuidades da Indústria Açucareira em Moçambique e os Seus Efeitos na Integração dos Pequenos Produtores Agrícolas**

**Joaquim, Joana Manuel Matusse**

Doutora em Estudos de Desenvolvimento pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Portugal.  
Docente na Universidade Eduardo Mondlane –ESNEC, Moçambique  
joanamatusse@Yahoo.com.br

**Mosca, João**

Professor Catedrático  
Observatório do Meio Rural, Moçambique  
joao.mosca1953@gmail.com

**Sampaio, Ana**

Prof.<sup>a</sup> Doutora  
Universidade de Évora, Portugal  
sampaio@uevora.pt

### **Resumo**

Nos últimos anos, a transformação estrutural das economias, com as mudanças progressivas dos sectores económicos, trouxe desafios à participação da agricultura na economia. O fortalecimento dos vínculos com a indústria, através do agro-processamento e agregação de valor a jusante das explorações agrícolas, no fornecimento de *insumos* agrícolas a montante e nas operações, armazenamento, distribuição e logística pós-colheita, tem constituído uma alternativa para impulsionar o contributo da agricultura na economia e na redução da pobreza. O presente Working Paper discute as descontinuidades e as continuidades da indústria açucareira em Moçambique e os seus efeitos na integração dos pequenos produtores agrícolas no mercado, num país em que a agricultura foi sempre considerada a base de desenvolvimento.

Este texto é uma revisão contextual da Tese de Doutoramento intitulada *Dinâmicas da integração dos pequenos produtores face a penetração do capital no meio rural: O caso da açucareira de Xinavane*. O texto combina informações secundárias recolhidas em documentos e publicações sobre o sector açucareiro e informações primárias recolhidas por via de entrevista semiestruturada. O texto conclui que apesar do renovado capital de investimento na indústria açucareira, com novas formas de integração dos pequenos produtores agrícolas, há uma continuidade nas formas de articulação que refletem a influência colonial inglesa, com implicações na sustentabilidade da indústria e dos produtores.

**Palavras-Chave:** Indústria, Integração, Agricultura, Pequenos Produtores, Moçambique.

JEL: O02; 025

## **Abstract**

In recent years, the structural transformation of economies, with the progressive changes in the economic sectors, has brought challenges to the participation of agriculture in the economy. The strengthening of ties with the industry, through agro-processing and adding value downstream of farms, in the supply of agricultural inputs upstream and in post-harvest operations, storage, distribution and logistics, has been an alternative to boost the contribution of agriculture to the economy and poverty reduction. This Working Paper discusses the discontinuities and continuities of the sugar industry in Mozambique and its effects on the integration of small agricultural producers in the market, in a country where agriculture has always been considered the basis of development. This text is a contextual review of the Doctoral Thesis entitled Dynamics of the integration of small producers in view of the penetration of capital in rural areas: The case of the Xinavane sugarcane. The text combines secondary information collected in documents and publications on the sugar sector and primary information collected through semi-structured interviews. The text concludes that despite the renewed investment capital in the sugar industry, with new ways of integrating small agricultural producers, there is a continuity in the forms of articulation that reflect the English colonial influence, with implications for the sustainability of industry and producers.

**Keywords:** Industry, Integration, Agriculture, Small Producers, Mozambique.

## **1. Introdução**

A diversificação da estrutura produtiva através da industrialização é um dos desafios enfrentados por muitas economias africanas baseadas na agricultura. Investimentos de grandes dimensões intensivos em capital e integrados em cadeias de valor internacionalizadas, através do investimento estrangeiro, têm sido uma aposta para promover a inovação, a ciência, a tecnologia e os mercados de trabalho na agricultura em particular e na economia em geral..

Em Moçambique, a indústria açucareira, com raízes coloniais, é considerada uma história de sucesso na industrialização do sector açucareiro, pelo seu renovado capital na expansão da produção do açúcar com o investimento corporativo sul-africano e mauriciano, e o envolvimento dos pequenos produtores agrícolas na produção da matéria-prima. A história da indústria é caracterizada por processos contínuos, descontínuos, resultante das opções de política económica adotadas, com efeitos nos mecanismos de integração dos pequenos produtores agrícolas.

O presente Working Paper discute as continuidades e as discontinuidades da indústria açucareira em Moçambique e seus efeitos na integração dos pequenos produtores agrícolas no mercado, a partir de dados secundários de documentos e publicações sobre o sector açucareiro e de dados primários por via de entrevista semiestruturada aos servidores públicos do Ministério que tutela o sector.

O texto encontra-se organizado em seis secções. A primeira secção refere-se as notas introdutórias do texto. A segunda secção consiste na caracterização da indústria açucareira no período colonial e ds respetivas formas de integração dos pequenos produtores. Na terceira secção aborda-se o processo de decadência da indústria com a independência da colonização e as suas implicações na integração dos pequenos produtores. Na quarta secção discute-se o processo de revitalização da indústria, com destaque para as políticas governamentais adotadas e para as formas de integração na indústria. Na quinta secção apresenta-se a constituição e a caracterização da cadeia de valor do açúcar. Finalmente, na sexta secção tecem-se as principais considerações do trabalho.

## **2. A Indústria açucareira e as formas de integração no período colonial**

A produção do açúcar para fins industriais em Moçambique inicia numa época em que Portugal necessitava afirmar a sua soberania colonial com uma ocupação e exploração efetiva do território.

Segundo Mosca (1999), a colonização efetiva portuguesa em Moçambique começou

principalmente nos finais do século XIX, onde as limitações económicas e humanas e a obrigatoriedade de ocupação determinada na Conferência de Berlim (1884-1885) obrigaram Portugal a definir diferentes estratégias de colonização.

Uma das estratégias de colonização adotada foi a alocação de grandes extensões de terra ao capital estrangeiro através das companhias majestáticas<sup>1</sup> localizadas no centro e no norte do território moçambicano, constituídas por capitais maioritariamente ingleses, alemães e franceses. Estas companhias dedicavam-se principalmente à produção de produtos de exportação, nomeadamente o açúcar, o chá, o sisal, a copra e o algodão. Os seus sistemas de produção eram baseados em tecnologias intensivas em trabalho e nos baixos salários, com zonas específicas para o recrutamento de mão-de-obra, apoiadas pela administração colonial e pelas autoridades gentílicas<sup>2</sup> (Mosca, 1999, 2005).

No que concerne ao açúcar, as plantações de cana-de-açúcar (uma das matérias-primas para a produção do açúcar) iniciaram com John Peter Hornung na última década do século XIX. Hornung foi um inglês de origem húngara casado com a filha do então comissário português que ao ser financiado pelo governo de Inglaterra para estudar as possibilidades de plantação de ópio (que não foi adiante por fracasso) na região na década de 1870, decidiu iniciar a plantação de cana-de-açúcar em Mopeia, inspirado pelas plantações de açúcar de Natal na África do Sul (Clarence-Smith, 1985, Head, 1980).

Pelas condições agroecológicas (clima, água, solos férteis) o cultivo da cana-de-açúcar iniciou nos vales dos rios Búzi e Zambeze no centro do país. Mais tarde foi expandido para o vale do rio Incomáti no sul do país e para a bacia do rio Púnguè no centro do país.

No vale do rio Zambeze, a primeira fábrica de açúcar foi a Companhia do Assucar de Moçambique em Mopeia, que depois foi expandida à Caia e à Marromeu. Da fusão destas fábricas surgiu, em 1980, a Sena Sugar Factory (SSF), que em 1920 tornou-se na Sena Sugar Estates Ltd (SEE). Em 1924 a SEE abriu a quarta fábrica de açúcar do Luabo.

A SSE foi o epicentro colonial do açúcar em Moçambique. Esta era a maior empresa privada empregadora de mão-de-obra (Head, 1980). Numa fase inicial a mão-de-obra era recrutada

---

<sup>1</sup> As companhias majestáticas e o Estado português estabeleciam acordos onde se definiam as responsabilidades de ambas as partes, como por exemplo, a manutenção da soberania do Estado português relativamente ao regime jurídico e às companhias a competência para estabelecer impostos e desenvolver qualquer atividade económica (Mosca, 1999, p. 22).

<sup>2</sup> As autoridades gentílicas eram, geralmente, provenientes das elites das comunidades locais, que exerciam determinadas funções da administração, tais como, a coleta de impostos, o controlo dos movimentos das populações, a resolução de conflitos locais (Mosca, 1999, p.26).

dos prazos<sup>3</sup>, tendo por exemplo a SSE alugado alguns prazos para facilitar o recrutamento. Mas pelas dificuldades de recrutamento<sup>4</sup> devido a concorrência pela mesma força de trabalho entre as culturas de exportação, foram adotados vários instrumentos para obrigar os moçambicanos ao assalariamento (Mosca, 2005). Segundo Mosca (2005) os instrumentos de obrigatoriedade ao assalariamento foram mecanismos fundamentais da política económica colonial para integrar o campesinato na economia de mercado e no sistema capitalista internacional, entre finais do século XIX e meados do século XX.

A institucionalização do trabalho migrante através do Regulamento do Trabalho Indígena<sup>5</sup>, a imposição do trabalho compulsório não pago<sup>6</sup> (Head, 1980) e o Mussoco<sup>7</sup> (Serra, 1980), foram os principais instrumentos de obrigatoriedade ao assalariamento.

O Regulamento do Trabalho Indígena tornava obrigatório para todos os homens, com a exceção de uma pequena minoria<sup>8</sup>, o trabalho assalariado durante seis meses por ano. Esta imposição da obrigatoriedade de meio ano de trabalho assalariado ao campesinato permitia que os homens ficassem livres para realizar trabalho agrícola durante os restantes seis meses. No entanto, o salário pago ao trabalhador assalariado só cobria o período em que estava empregado e a maior parte dos salários acumulados pagos no termo do contrato eram usados para o pagamento do imposto anual. Com efeito, a família do trabalhador assalariado era responsável, tanto pelo seu sustento durante a produção agrícola enquanto o homem cumpria

---

<sup>3</sup> De acordo com Baltasar (2017, p. 6) as definições mais comuns apontam os prazos como vínculos jurídicos entre a Coroa portuguesa e um súbdito, que mediante a atribuição de um território delimitado ficaria obrigado a pagar um foro.

<sup>4</sup> Os homens podiam migrar entre os prazos das terras do Estado para os prazos das companhias ou para zonas fora do controlo de ambos (Head, 1980).

<sup>5</sup> O Regulamento do Trabalho Indígena era destinado a forçar os homens a realizar trabalho assalariado regular (Head, 1980, p. 54).

<sup>6</sup> No sector de plantações quando um trabalhador não completava a sua tarefa, não recebia o salário referente a aquele dia, por isso a designação de trabalho não pago (Head, 1980, p. 60). O trabalho não pago foi também notório num esforço para mobilizar toda mão-de-obra disponível, quando o governo colonial português determinou que os homens que não fossem contratados poderiam ser legitimamente utilizados na construção e abertura de estradas, sem pagamento, por períodos de seis meses (Head, 1980, p. 68).

<sup>7</sup> Legislação laboral promulgado em 1890 através do Comissário-régio António Enes que determinava que todos os colonos (camponeses) fossem obrigados ao pagamento de uma dupla renda fundiária. Metade em trabalho rural nas plantações e a outra metade inicialmente em dinheiro e mais tarde em géneros de exportação (marfim, mel de abelhas, ouro, borracha, café, copra, amendoim, gergelim) (Serra, 1980, p. 35-36).

<sup>8</sup> Chefes de povoação e regedores africanos responsáveis pela administração quotidiana de zonas situadas no interior das Circunscrições e Postos (os sipaios, os intérpretes e os guardas da administração).

o seu contrato, quanto pelo seu sustento durante o período de descanso nos restantes seis meses.

Ao sector de plantações cabia a responsabilidade de cobrir os custos diários de reprodução da mão-de-obra – alimentação (inadequada sob o ponto de vista nutritivo) e alojamento – enquanto vigorava o contrato. Com isso, o sector beneficiava-se com a redução das necessidades de trabalho no período morto do ano agrícola, comprava a força de trabalho abaixo do seu valor e acumulava através da apropriação de mais-valia absoluta<sup>9</sup>.

Head (1980) argumenta que com a institucionalização do trabalho migrante, fardos adicionais foram colocados sobre o dorso do campesinato. Pois, para além de produzir a maior parte dos géneros alimentícios utilizados para alimentar a força de trabalho, isto é, parte dos custos de reprodução imediata da força de trabalho, o campesinato era ainda responsável pelos custos de reprodução a longo prazo, nomeadamente os que provinham do sustento das crianças, dos velhos e dos trabalhadores incapacitados.

No que concerne ao Mussoco, Serra (1980) no seu trabalho sobre “Capitalismo Colonial na Zambézia (1855-1930)” destaca que era uma forma de acumulação de capital que se deu com a preservação/negação dos modos de produção pré-capitalistas (campesinato).

Por um lado, a preservação dos modos de produção pré-capitalistas verificou-se na intercalação das culturas alimentares nas grandes plantações de coqueiro (copra), algodão, cana-de-açúcar, presentes na Zambézia<sup>10</sup>. Isso significava que o camponês produzia a reconstrução da sua própria força de trabalho, conforme salienta Serra (1980, p. 50) “ao capitalista convinha que a família camponesa não fosse destruída ou afastada, pois era ela que suportava a manutenção (período de não-emprego) e a reprodução (filhos, trabalhadores futuros) dos trabalhadores”, o que permitia aos capitalistas a manutenção de salários baixos e a extração de mais-valia.

---

<sup>9</sup> Mais valia consiste no valor superior ao valor necessário, capaz de garantir a reprodução da força de trabalho, o qual é apropriado pelo capital. A produção da mais-valia absoluta realiza-se com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente (Loyola, 2009).

<sup>10</sup> A área das grandes plantações situava-se na Zambézia em quatro zonas: i) a faixa litoral desde a foz do Zambeze até a foz do rio Raragra incluindo Bajone e Moebase; ii) pequenos troços ao longo do rio Licungo; iii) o Zambeze com incidência no Luabo e iv) Mopeia, pequenas secções junto do Shire. A cada uma dessas áreas correspondia uma ou duas culturas alimentares predominantes: no litoral, o arroz; no Licungo, o milho; no Zambeze, o milho e a batata-doce e no Shire, o milho (Serra, 1980, p. 44,46).

Por outro lado, a negação dos modos de produção pré-capitalistas deu-se com a reprodução compulsiva do camponês para o aprovisionamento da mão-de-obra, por meio da força repressiva dos sipaios, para além da obrigatoriedade do pagamento do Mussoco.

Desta forma, o campesinato do centro de Moçambique foi assim transformado num semiassalariado agrícola que exercia um trabalho temporário com um vínculo na produção agrícola camponesa familiar (Mosca, 1999).

A obrigatoriedade ao assalariamento no sector de plantações também beneficiou o Estado português que acumulava sem interferir diretamente na produção, ao alugar às companhias e arrendatários individuais a mão-de-obra de suas reservas e ao receber regularmente taxas e prémios (Serra, 1980).

Outro aspecto, não menos importante do sector de plantações de açúcar diz respeito a cultura de trabalho instaurada em função da raça, que segundo Head (1980) se refletia na organização social da empresa, na diferenciação das taxas salariais e na duração dos contratos de trabalho. Por exemplo, Mosca (2005) refere que os ingleses e sul-africanos ocupavam funções de administração e técnicas, os portugueses ocupavam cargos intermédios (técnicos agrícolas, capatazes, mecânicos) e os moçambicanos eram os trabalhadores do campo e das fábricas. Guina (2007) salienta que a maioria dos trabalhadores séniores eram indivíduos de raça branca, provenientes da Holanda, Grã-Bretanha, África do Sul e Maurícias. Estes trabalhadores, considerados de raça e estatuto superior, residiam em casas luxuosas e auferiam melhores salários em relação aos trabalhadores portugueses e moçambicanos.

Na região sul do país, a produção do açúcar para fins industriais e comerciais iniciou com a fundação da Incomati Estate no vale do rio Incomati (distrito da Manhiça) pelo capital britânico em 1924. Em 1950 a Incomati Estate foi adquirida por investidores portugueses, que mudaram a designação da Incomati Estate para Sociedade Agrícola de Incomati (SAI), em 1969 foi fundada a Maragra também de propriedade portuguesa (O’Laughlin & Ibraimo, 2013) e em 1970, ao longo da bacia do rio Púnguè nasceu a fábrica de Mafambisse (Buur et al., 2011).

A apropriação de grande parte das terras aluviais ao longo do rio Incomati pelas plantações de açúcar resultou no afastamento compulsivo do campesinato das áreas circunvizinhas do vale do Incomati, ficando em áreas com solos aluviais, mas de difícil acesso, como por exemplo a Ilha Josina. O’Laughlin (2016) salienta que as famílias de assalariados não tinham permissão para viver nem cultivar lotes em terras de plantio.

O Sul do território era uma importante região de reserva de mão-de-obra para as minas e para



o sector formal da África do Sul<sup>11</sup>, cuja emigração representava cerca de 30% a 35% da população ativa masculina (Mosca, 1999).

O’Laughlin e Ibraimo (2013) mencionam que Magude e Manhiça eram importantes áreas de recrutamento da WENELA, a agência de recrutamento das minas da África do Sul. Por isso o sector de plantações de açúcar na região, enfrentava a competição direta pela mão-de-obra com as minas da África do Sul. Desta forma, a semelhança das propriedades de açúcar no centro do país, o recurso para o trabalho forçado (assalariamento obrigatório) com a assistência do Estado colonial português, foi inicialmente a estratégia adotada para resolver o problema.

Mais tarde optou-se pela mão-de-obra temporária (migrante masculina), grande parte recrutada em Inhambane e Gaza. O sistema de remuneração era caracterizado pelos baixos salários e as moradias eram precárias e debilitadas (O’Laughlin, 2017; Lazzarini, 2017).

Com a feminização da agricultura de subsistência por causa da emigração, as plantações-de-açúcar na Incomati também empregavam mulheres para a limpeza dos campos e por volta dos anos 1970 algumas trabalhavam no corte da cana (O’Laughlin & Ibraimo, 2013)

Todas as fábricas de açúcar existentes no país produziam a sua matéria-prima (a cana-de-açúcar) com a exceção da açucareira de Moçambique no rio Púnguè, que como afirma Mosca (2005), adquiria a matéria-prima de produtores de pequena e média dimensão, que utilizavam as infraestruturas (regadios) construídas pela empresa. Estes canavieiros, como eram na altura designados, apenas podiam produzir cana nas parcelas atribuídas pela empresa e recebiam toda a assistência técnica necessária e aluguer de máquinas disponibilizados pela empresa. A cana-de-açúcar era adquirida a um preço fixo.

Segundo Mosca (2005), esta estratégia de integração dos canavieiros na produção da cana-de-açúcar pretendia, entre outros objetivos, a dispersão do risco, a redução do investimento e de encargos de gestão.

Mosca (1999) salienta que a produção realizada pelos produtores e vendida à empresa que comercializava e fazia a transformação para permitir a exportação, era restrita ao algodão, ao

---

<sup>11</sup> O sul de Moçambique tornou-se reserva de mão-de-obra para as minas da África do Sul, no âmbito de acordos de cooperação estabelecidos entre Portugal e África do Sul - enquanto colónia inglesa - segundo os quais garantia-se a construção de infraestruturas ferro-portuárias em Moçambique que permitissem a exportação mineira e de produtos da agricultura, com a participação financeira e executiva da África do Sul e das administrações coloniais inglesas. Em contrapartida, Portugal garantia a possibilidade de recrutamento de mão-de-obra moçambicana para o trabalho mineiro, sendo uma parte dos salários paga ao governo português em ouro (Mosca, 1999).

caju e a copra. Os restantes produtos – o açúcar, o chá e o sisal – eram produzidos em grandes plantações. Por esse motivo, percebe-se que a produção de açúcar pelos canavieiros na açucareira de Moçambique era um caso excepcional e residual.

Mosca (1999) realça ainda que, embora a parte da produção das empresas fosse realizada pelos produtores, o monopólio da procura e das exportações e o domínio das respetivas cadeias produtivas estava a cargo das respetivas empresas, com os consequentes efeitos sobre os preços, os salários, a legislação, o recrutamento de mão-de-obra e as influências junto dos poderes locais e da colónia.

As críticas a essas empresas de plantações recaíam na prática de preços baixos aplicados a produção adquirida dos produtores, no pagamento de salários de subsistência, na utilização de métodos muitas vezes compulsivos de recrutamento de assalariados, nas precárias condições de trabalho, nas bolsas de pobreza criadas nas zonas de origem provocadas pelos termos de troca desfavoráveis aos produtores e na redução da produção familiar pela saída de um dos membros da família.

Os argumentos favoráveis às empresas de plantações assentavam-se na criação de postos de trabalho, no incremento de rendimentos monetários nas famílias assalariadas, nos avanços tecnológicos proporcionados pelas empresas suscetíveis de serem adoptados pelos assalariados nas opções técnicas intensivas no factor trabalho, ou na adoção por outros produtores pelo efeito imitação, e nas divisas geradas pelas exportações para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Portanto, segundo Mosca (1999) até ao final da década de 50 a integração no mercado a partir do sector de plantações, foi realizada em função das necessidades da economia moderna, através de intervenções coercivas (assalariamento forçado, semiassalariamento, sistemas de produção extensivos em mão-de-obra, extração de recursos naturais e humanos das economias locais) alterando as lógicas de funcionamento das economias locais:

(...) as economias estavam, antes da colonização, numa fase de desenvolvimento pré-capitalista, onde a maximização das funções de produção não possuíam os lucros e os mercados como objectivos, mas sim a subsistência das famílias e clãs como unidades políticas, económicas e sociais básicas a reproduzir. Os mercados formais, a moeda, os impostos pecuniários, o assalariamento, as técnicas europeias, etc., foram introduzidos bruscamente e muitas vezes de forma violenta, sem que fossem o resultado da evolução global das comunidades (Mosca, 1999, p.10).

Deste modo, os pequenos produtores e os assalariados (enquanto campesinato) foram secundarizados na sua integração ao mercado, como elementos importantes da acumulação e dos mecanismos de reprodução do sector de plantações.

Face ao domínio do capital, as comunidades locais reagiram por meio de mecanismos de resistência e de integração/assimilação económica e cultural.

A resistência, no começo militar e depois cultural, verificou-se nas formas de organização social das comunidades e dos mecanismos de reprodução social que permitiu manter muitas das características das comunidades. Por exemplo, o mercado não era o único vector das lógicas produtivas, algumas normas políticas, sociais e culturais eram baseadas nos costumes, no direito consuetudinário e em regras estabelecidas pela história e orientadas por instituições comunitárias.

No sector de plantações, conforme Hedges e Chilundo (1988), as formas de resistência manifestavam-se na sabotagem do cumprimento das tarefas, através da deliberada má interpretação das orientações sobre o corte da cana-de-açúcar com prejuízos económicos aos proprietários, na deserção e na fuga para as zonas fronteiriças onde a administração colonial era menos eficiente, nos atrasos na produção e no absentismo.

Uma forma de resistência cultural é apontada por Mandamule (2019) que consistia nas canções de trabalho cantadas nas línguas locais e sem a compreensão das autoridades. Segundo Mandamule (2019), as canções retratavam as duras condições laborais de higiene e de alojamento, assim como os baixos salários, as longas horas de trabalho, as questões raciais e de desigualdades sociais.

A assimilação económica e cultural refletia-se na estratificação económica, quando as diferenciações se baseavam no prestígio, no poder e nas hierarquias no seio do campesinato nas comunidades.

Vale notar que enquanto a mão-de-obra foi barata e abundante, o sector de plantações não mecanizou os seus meios de produção. Porém, entre os anos 1940 e 1950, este cenário foi forçosamente alterado pela grande carência de mão-de-obra com o desenvolvimento de outras plantações (o algodão, o chá) que disputavam pelas mesmas zonas de recrutamento de reservas de mão-de-obra, com o maior desenvolvimento económico<sup>12</sup> e também com a crítica internacional aos abusos do trabalho forçado (Head, 1980), o que resultou na mecanização de

---

<sup>12</sup> Expansão da indústria mineira na região de Gile/Alto Molócuè, expansão da agricultura de pequena escala na produção de chá, tabaco e cereais, expansão da indústria de construção, aumento da fixação de portugueses.

algumas etapas da produção até a década de 1950 – a preparação da terra e o transporte da cana-de-açúcar.

No que se refere a contribuição da indústria açucareira na economia colonial, até o final de 1930 a cultura da cana-de-açúcar ocupava 8.651 hectares e o açúcar produzido já abastecia o mercado local e a metrópole, como cita Serra (1980, p. 47-48):

(...) as principais culturas de exportação da Zambézia eram o coco e a cana-de-açúcar, ocupando respetivamente as áreas de 25532 e 8651 ha (...) a fábrica de Mopeia para além de açúcar branco para o comércio local de Moçambique, produzia açúcar amarelo para refinação na Europa, principalmente em Portugal.

No período colonial os principais produtos de exportação agrícola eram o caju, o algodão, o açúcar, a copra e o chá e representavam, segundo Mosca (2005), mais de metade das exportações. Esses produtos eram exportados com uma primeira transformação para facilitar a exportação. O Quadro 1 apresenta a distribuição temporal das quantidades (em termos percentuais) relativas aos principais produtos de exportação. Como se pode constatar, o açúcar foi o terceiro produto mais exportado entre 1965 a 1973, depois do caju (primeiro produto mais exportado) e do algodão (segundo produto mais exportado).

**Quadro 1. Principais Produtos Exportados (em % do Total das Exportações)**

Ano	Caju	Algodão	Açúcar	Copra	Chá	Percentagens Totais
1965	19	18	9	5	7	58
1970	19	16	13	5	5	58
1973	23	21	11	4	4	62

Fonte: Mosca (2005, p.79)

Nesse período (1965-1973), a indústria açucareira era constituída pela Sena Sugar States, a Maragra, a Sociedade Agrícola do Incomáti, a Açucareira de Moçambique e a companhia do Buzi.

### **3. A Decadência da indústria açucareira e suas implicações na integração**

O fim das relações de colonização portuguesa que culminou com a independência de Moçambique em 1975 marca um novo período de governação moçambicana, com novas opções políticas caracterizadas por uma grande intervenção do Estado moçambicano na economia, conhecida como a estatização da economia<sup>13</sup>.

De acordo com Mosca (1999), no II Congresso da FRELIMO<sup>14</sup> realizado a 11 de Fevereiro de 1977 foi apresentado o modelo económico socialista que orientaria o país. Este modelo fundamentava-se na estatização radical dos sectores modernos da economia e na estruturação de um padrão de acumulação concentrado no Estado através do Plano. O objetivo do plano era centrar o padrão de acumulação no Estado e concentrar nele os recursos que permitissem introduzir as transformações estruturais para a edificação do socialismo.

O Plano substituiu o mercado como ponto de encontro entre a oferta e a procura de bens e serviços, como instituição distribuidora de recursos e como mecanismo de formação de preços. A competitividade e a concorrência deixaram de ser um fenómeno económico e no seu lugar surgiu o desempenho administrativo.

As estratégias para a concretização do Plano incluíam o investimento na indústria pesada como uma das formas de alcançar a independência económica, um crescimento mais rápido a longo prazo, o estabelecimento de novas relações económicas internacionais, para além das novas formas de propriedade dos meios de produção centralizadas no Estado, caracterizadas pelas intervenções e nacionalizações que conduziram ao surgimento de empresas estatais.

A tomada do poder pelos moçambicanos e as intervenções/nacionalizações pelo Estado, sobretudo no período de transição e nos primeiros dois anos após a independência, conduziram ao êxodo da burguesia colonial (fuga do pessoal especializado e de gestão) incluindo a deslocação dos operários do campo para as cidades (Wuyts, 1981, Mosca, 1999).

A fuga de capital colonial, a sabotagem e a estatização da economia desarticulou o tecido económico e criou rupturas importantes no abastecimento de matérias-primas, de *insumos*, de peças sobressalentes, na manutenção de infraestruturas e nos circuitos do comércio interno e

---

<sup>13</sup> Mosca (1999, pp. 72-73) argumenta que a estatização da economia foi uma opção consciente e coerente com as opções políticas e com o modelo económico socialista apresentado no II Congresso da Frelimo realizado em fevereiro de 1977, e não, necessariamente, uma opção política adotada ao acaso como consequência dos acontecimentos motivados pela saída do capital estrangeiro.

<sup>14</sup> FRELIMO significa Frente de Libertação de Moçambique. É um partido político oficialmente fundado em 25 de Junho de 1962. O primeiro presidente do partido foi Eduardo Chivambo Mondlane.

externo.

A instauração dos caos económico forçou o Estado a dispersar-se na gestão das empresas através das comissões administrativas, no lugar de controlar os mecanismos de acumulação e de garantir uma maior racionalidade e operatividade na distribuição de recursos. Contudo, necessitava-se de quadros diretivos e técnicos para as funções de administração e para as empresas estatais. A maioria dos militantes do período da libertação nacional não possuía preparação técnica e de gestão. O recrutamento foi baseado nas alianças com as novas gerações sem compromissos com o regime anterior e com os assalariados com alguma especialização e formação, por meio de aumentos salariais e pela nomeação para postos técnicos e de chefia. Estes factos originaram a constituição de empresas estruturalmente mal concebidas e de difícil gestão económica e técnica, devido à débil capacidade organizativa das empresas.

A queda da produção foi repentina e alcançou todos os sectores da economia. Em alguns casos a produção decaiu para níveis entre 25 e 30% dos realizados nos anos 1973 e 1974 (Mosca, 1999), incluindo o sector açucareiro onde nos últimos anos da colonização portuguesa já não exportava açúcar – todo o açúcar produzido era consumido no país (Mosca, 2005).

Apesar do emprego no geral ter sido mantido, houve um decréscimo da produtividade que se refletiu na rentabilidade das empresas (Mosca, 1999). A monocultura dominante em muitas empresas obrigava à utilização de grandes volumes de mão-de-obra em determinadas operações culturais. O processo de recrutamento compulsivo colonial foi então substituído pela mobilização partidária no período em que existia essa capacidade e, posteriormente, pela mecanização. As condições de trabalho, alojamento e alimentação destes trabalhadores assalariados eram, na maioria dos casos, muito semelhantes aos existentes no período anterior a independência.

Não obstante os investimentos realizados e a cooperação técnica de países parceiros com regimes socialistas (Cuba, Rússia, China), a recuperação da produção a nível do conjunto da economia não alcançou as expectativas nem correspondia os investimentos realizados. Grande parte das empresas estatais e os grandes projetos não produziram os resultados produtivos e económicos desejados. O Plano não conseguiu abranger grande parte da economia e foi incapaz de substituir os mecanismos de mercado.

No sector agrícola, apenas um pequeno grupo de produtos (citrinos de exportação, algodão, chá), recuperaram os níveis de produção comercializados em 1975 (inferiores ao de 1972 e 1973), mas mesmo assim, os resultados económicos e financeiros, a produtividade e a

eficiência na utilização dos recursos eram baixos.

A indústria açucareira também foi afetada. Segundo Macamo (2016), a Sena Sugar States foi nacionalizada em 1978, quando tinha um efetivo de 12.000 assalariados na fábrica de Luabo e 13.000 em Marromeu, porém em 1985 deixou de operar. No mesmo ano, a fábrica de Maragra foi encerrada. A fábrica do Buzi veio a encerrar em 1991. Apenas duas das seis empresas açucareiras, Mafambisse e Xinavane, continuaram a operar, embora com muitas dificuldades.

Com efeito a produção da cana-de-açúcar diminuiu de 200.000 toneladas em 1975 para 13.224 toneladas em 1992 e a mão-de-obra empregada caiu de 45.000 assalariados em 1970 para 17.000 assalariados. O que resultou na dependência do país em importações de açúcar da Suazilândia, África do Sul, Zimbabwé, Malawi, Zâmbia e Tanzânia.

Segundo Timóteo<sup>15</sup>, antigo quadro do Ministério da Indústria e Comércio, nesse período a conjuntura económica no sector do açúcar era caracterizada pela baixa produção nacional e pelo contrabando do açúcar. O açúcar produzido internamente e o importado não conseguiam abastecer o mercado doméstico, quer em quantidade, quer em termos de alcance, dado o encerramento das lojas comerciais ao longo do país, que se encontravam inativas por causa da guerra.

Mosca (1999) refere que a resistência face ao modelo económico socialista manifestou-se de diferentes formas, desde a discordância prática relativamente as políticas económicas (por exemplo face a cooperativização), até ao crescente apoio de determinados grupos étnicos à guerra civil desencadeada entre a FRELIMO e a RENAMO<sup>16</sup>.

Nos períodos subsequentes a independência, a guerra civil (1977-1992), incentivada, apoiada e financiada a partir do exterior, concorreu para o agravamento do declínio da indústria açucareira. Esta devastou as propriedades e a produção de açúcar. A plantação sofreu ataques diretos e os campos de cana-de-açúcar tornaram-se perigosos para o trabalho (Lazzarini, 2016).

---

<sup>15</sup> Entrevista feita a Timóteo a 05 de Fevereiro de 2019.

<sup>16</sup> A RENAMO, Resistência Nacional de Moçambique, é um partido político fundado por André Matade Matsangaissa, um dissidente da FRELIMO. Foi liderada também por Afonso Macacho Marceta Dhlakama e, atualmente, por Ossufo Momade. Segundo Mosca (1999), a RENAMO, a partir de meados dos anos 80, era um típico movimento de guerrilha com uma importante capacidade militar e apoio social em muitas zonas, principalmente no centro do país.

Os casos de coerção verificados na mobilização governamental para a construção das aldeias comunais, a inacessibilidade à terra pelos camponeses, as hostilidades em relação às empresas públicas no meio rural, a crise do abastecimento alimentar, os casos de atuações autoritárias dos poderes locais e as más relações entre a FRELIMO e as antigas autoridades gentílicas (e a sociedade civil tradicional), estão entre as causas justificadas para alimentar a guerra (Mosca, 1999).

A mudança de regime governativo colonial para o regime moçambicano não trouxe transformações estruturais significativas, quer na economia, quer na relação dos Pequenos Produtores de Mercadorias e dos Assalariados (enquanto campesinato) com o capital/mercado.

A acumulação deixou de concentrar-se nos sectores externos e no exterior e passou a localizar-se no Estado, em benefício dos cidadãos e principalmente de uma elite local. Os padrões de acumulação assentaram-se na extração de excedentes da agricultura e principalmente do campesinato e na transferência de recursos do campo para a cidade. Os recursos foram utilizados na aplicação da política económica da FRELIMO.

O campesinato foi politicamente secundarizado/marginalizado e economicamente impedido de manter seus mecanismos de progressão entre as formas pré-capitalistas de produção e a economia de mercado. O campesinato era considerado uma forma de modo de produção historicamente ultrapassada, politicamente conservadora e resistente às transformações e ao projetado modelo de modernização que deveria ser realizado, quer pela via da proletarização no processo de industrialização e nas empresas estatais, ou quer pela via da cooperativização. Portanto, de acordo com Mosca (1999, p. 105) o período da estatização da economia “não alterou substancialmente as condições de vida dos trabalhadores e da maioria da população”.

#### **4. A Revitalização da indústria açucareira e as formas de integração**

O fracasso do modelo económico socialista (reforçado pelo cenário de guerra) que se vivia no território moçambicano<sup>17</sup>, aliado ao período de conversações com as Instituições de Bretton

---

<sup>17</sup> O cenário caracterizava-se pelo colapso do sector externo e da economia, pela desarticulação do tecido social, no que respeita aos mecanismos de reprodução social das famílias e das instituições formais e informais. As dificuldades ou mesmo a impossibilidade de circulação entre vastas zonas quebraram a evolução das economias locais nos processos de integração no mercado e de alteração das lógicas de reprodução em termos de assunção de padrões capitalistas. A sobrevivência voltou a constituir o objetivo principal das economias familiares que atuavam em situação de instabilidade, em ambientes produtivos desadaptados dos sistemas de produção tradicionais (Mosca, 1999).



Woods (IBW), conduziram o governo de Moçambique a iniciar, em 1987, um período de ajustamento estrutural conhecido como Programa de Reabilitação Económica (PRE) (Mosca, 1999).

A liberalização dos mercados interno e externo e a privatização do sector público constituíam os pressupostos fundamentais do PRE para garantir a livre circulação, afectação racional e a utilização eficiente dos recursos. O padrão de acumulação deixou de estar centrado no Estado, o Plano deixou de influir na economia, o mercado determinava cada vez mais a afectação dos recursos e o sector privado possuía uma maior iniciativa económica.

Mosca (1999) frisa que estas novas opções políticas eram contestadas, por conduzirem as economias a uma integração subordinada no quadro da divisão internacional do trabalho e facilitarem a penetração do capital nas economias em desenvolvimento. Por exemplo, para Wuyts (1989) as reformas económicas estabelecidas com as novas opções políticas reestrutura os padrões de acumulação e de distribuição da economia e, conseqüentemente, tais reformas afectam a estrutura do modo de vida das populações.

Não obstante as críticas às propostas de reabilitação económica, com o fim da guerra civil em 1992 marcado pela assinatura dos acordos gerais de paz aliada as opções políticas de reabilitação económica, foi dada uma atenção especial a indústria açucareira. O açúcar foi definido como uma cultura de rendimento prioritária e a indústria açucareira como um sector estratégico para impulsionar o desenvolvimento do país.

Alguns dos fatores que concorreram para a reabilitação da indústria açucareira foram: a vantagem comparativa a nível mundial que o país possuía em termos de custo de produção (240/250 USD/tonelada contra a média mundial de 361 USD/tonelada); a longa história, tradição e bom desempenho do sector no passado colonial; o potencial que o sector tinha para o investimento privado estrangeiro, particularmente no que se refere as terras não virgens com alguma infraestrutur para produção de cana-de-açúcar (as açucareiras de Mafambisse e Xinavane ainda estavam em operação, embora Maragra não estivesse a operar existiam regadios e fábrica, o mesmo se verificada nas açucareiras de Luabo e Marromeu), terra arável em áreas ao longo de grandes sistemas fluviais e proximidade da costa com portos disponíveis e a baixa variabilidade da produção da cana-de-açúcar por razões de ordem climática (INA, 2000).

A revitalização do sector do açúcar seguiu duas vias, i) por via do investimento privado, justificado pelos elevados custos de reabilitação das açucareiras na ordem dos USD 800

milhões (Ministério da Agricultura, 2014), aquém das possibilidades do governo e ii) a reforma da política de preços do açúcar, para proteger o mercado interno relativamente à viabilidade de preços prevalentes no mercado internacional.

#### **4.1 O investimento privado**

A privatização das açucareiras foi assente em investimentos estrangeiros de capital sul-africano e mauriciano<sup>18</sup>, sobretudo pela proximidade geográfica de Moçambique que lhes permitiria beneficiar muito facilmente da assistência técnica de países vizinhos (África do Sul), além da existência de Portos (como por exemplo o porto de Maputo, com um histórico de trânsito de produtos dos países do interland) para a exportação do açúcar.

Desta forma, em 1998 foi constituída a Companhia de Sena S.A.R.L. pelo consórcio de investidores mauricianos (75%), com uma participação minoritária do Estado moçambicano (25%) a partir da então Sena Sugar Estates (Guina, 2007).

No mesmo ano a açucareira de Xinavane passou para Tongaat Hulett Sugar (49%) em parceria com o Estado (51%). A açucareira da Maragra passou para o Illovo (50%) com uma participação do Estado em 50%. Em 2006 Mafambisse passou para Tongaat Hulett (85%) com a participação do Estado em 15% (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). A medida que a gestão foi sendo assumida por essas corporações a participação do Estado moçambicano foi reduzida.

Assim, a indústria açucareira ficou verticalmente integrada e concentrada num oligopólio<sup>19</sup> de quatro unidades de produção e processamento, com participação maioritária de grandes multinacionais, dominadas pelas corporações sul-africanas Tongaat Hulett e Illovo, mauricianas e francesas, conforme indica o Quadro 2.

---

<sup>18</sup> O processo de privatização foi específico para cada açucareira em função da sua situação jurídica, dos objetivos da privatização, da capacidade de gestão tecnológica dos investidores e do número e reputação de investidores interessados (Entrevista a Timóteo).

<sup>19</sup> Em função da oferta (número de vendedores) e da procura (número de compradores), considera-se oligopólio a situação de mercado com poucos vendedores (empresas) e muitos compradores (consumidores).

**Quadro 2. Estrutura Societária das Açucareiras em Moçambique com a Privatização**

Açucareira	Acionistas	Nível de participação (%)
Maragra Sugar, Pvt.	Maragra SARL	26
	Illovo Sugar Ltd.	74
Xinavane Sugar Manufacturer, Pvt.	Governo de Moçambique	12
	Tongaat - Hulett, Ltd (Sul)	88
Moçambique sugar Manufact, Pvt. (Mafambisse)	Tongaat - Hulett, Ltd (Sul)	75
	Governo de Moçambique	25
Sena Company, Pvt. (Marromeu)	Sena holding Co (Mau)	65
	Grupo Térios (Fran)	22
	Governo de Moçambique	13

Fonte: Centro de Promoção de Agricultura – CEPAGRI (2011)

A Tongaat Hulett surgiu da fusão da Tongaat Group Limited e da Huletts Corporation Limited, suas operações datam de meados do século XIX. A Tongaat Hulett é uma corporação que agrega no seu portfólio de negócios a produção agrícola e o agroprocessamento de cana-de-açúcar/açúcar e milho/amido, uma plataforma única de conversão de terras para o desenvolvimento e expansão de áreas urbanas. Do benefício do melação e de fibras de animais produz alimentação para animais, etanol e energias renováveis (Tongaat Hulett, 2017).

O Illovo<sup>20</sup> é o maior grupo de produção de açúcar em África e pertence à Associated British Foods plc (ABF) - British Sugar Plc, a 2ª maior produtora mundial de açúcar. O Grupo Térios Francês é o quarto maior produtor mundial de açúcar (DNA, 2019).

Com a revitalização da indústria açucareira o epicentro do açúcar em Moçambique mudou do centro para o sul do país – da SSE colonial para a atual Xinavane (Açucareira de Xinavane – ADX).

Segundo Lazzarini (2017), na narrativa dos investidores estrangeiros, em particular dos investidores sul-africanos (Tongaat Hulett), o sucesso atual do açúcar deve-se sobretudo aos investimentos sul-africanos com forte capital e *know-how* técnico. Esta narrativa sugere que é

---

<sup>20</sup> Recentemente o Illovo e a Sena holding Co deixaram de ser proprietárias maioritárias da Maragra Sugar e da Sena Company respetivamente. A primeira vendeu suas ações para a British Sugar e segunda para o Grupo Térios Francês. Ambas as companhias são refinarias europeias que importam o açúcar de Moçambique para bastecer o mercado europeu (Entrevista a Timóteo).

o investimento e a experiência sul-africana com raízes britânicas que fazem o açúcar 'funcionar' em Moçambique.

Entretanto, Lazzarini (2017) questiona o sucesso atribuído a indústria açucareira (em particular baseado em investimentos sul-africanos). Esta autora argumenta que o aparente sucesso da indústria baseia-se na remoção forçada/desapropriação das comunidades locais e em décadas de coerção e violência aos assalariados. Lazzarini (2017) refere que as práticas atuais de gestão do trabalho, consistentes com uma tendência para a flexibilização do trabalho no agronegócio sul-africano, reforçam a baixa valorização social e material da vida e do trabalho rural moçambicano e reconstituem as relações de trabalho do passado colonial. Por um lado, através da diferenciação do trabalho por meio de ideologias de género e migrantes. Por outro lado, com o restabelecimento de estratégias de recrutamento baseados nas formas de recrutamento colonial da mão-de-obra.

No que se refere a diferenciação do trabalho através do género, a ADX é conhecida por empregar mulheres, dada a feminização da agricultura de subsistência que caracteriza a região. Porém, as mulheres na condição de assalariadas agrícolas ocupam posições altamente sazonais (por exemplo a irrigação e a aplicação de fertilizantes) e com baixa remuneração (entre 32.500 e 3.300 meticais por mês correspondente a USD 85 - USD 110)<sup>21</sup>, limitado a contratos de dois, quatro e seis meses, sem garantia de emprego continuado ou subsequente. Cargos de nível superior (por exemplo a gerência) são predominantemente representados por homens, aliado a questões culturais que associam os homens às oportunidades de treinamento, trabalho permanente e cargos técnicos e de supervisão, mesmo quando ambos (homens e mulheres) possuem baixos níveis de escolaridade.

O trabalho migrante está associado aos homens migrantes, particularmente para o corte da cana-de-açúcar, provenientes de Gaza, Inhambane, Tete e Mutarara (Zambézia – antigo epicentro do açúcar). De facto, a busca por mão-de-obra migrante é uma estratégia da ADX de seleção e recrutamento cuidadoso dos assalariados de diferentes regiões, dentro e fora de Xinavane, para reduzir 'problemas' de mão-de-obra ou riscos de greves. Esta estratégia foi particularmente introduzida após uma série de ataques violentos que danificaram a produção em 2011, como forma de minimizar o perigo de encerramento da fábrica.

---

<sup>21</sup> Dados referentes ao ano 2014. A conversão da moeda em Meticais para o dolar foi feita em Mayo de 2015.

A estratégia de seleção e recrutamento de assalariados migrantes conta com a intervenção dos régulos e líderes tradicionais, comunitários e governo nas regiões de proveniência dos assalariados. Em caso de mau comportamento, ADX pode devolver cortadores problemáticos diretamente aos líderes. Em Xinavane, o recrutamento local é coordenado diretamente com o governo através do Posto Administrativo do Distrito.

Para Lazzarini (2017), esta estratégia de seleção e recrutamento é um retrocesso direto à prática colonial de recrutamento de mão-de-obra, que remonta às políticas de assalariamento forçado da era colonial. Além disso, essa estratégia baseia-se em histórias coloniais que utilizavam o governo local e a autoridade tradicional para manter os Assalariados em ordem. Não menos importantes são as áreas de acomodação (acampamentos) dos Assalariados migrantes, construídas durante a era colonial para Assalariados migrantes forçados em condições precárias devido ao status de migrantes.

Por sua vez, O’Laughlin (2017) ressalta que a revitalização da indústria com a modernização tecnológica da moagem, drenagem e irrigação das açucareiras, particularmente da ADX, permanece dependente de formas duradouras de recrutamento de mão-de-obra, modos de pagamento e organização do trabalho que são debilitantes para a saúde individual e pública. Esta autora relata que os campos de cana-de-açúcar são incendiados antes da colheita, próximos dos acampamentos dos cortadores de cana-de-açúcar migrantes, a cana-de-açúcar é cortada manualmente e algumas ervas daninhas e a preparação do campo são feitas com enxadas manuais. Os salários são calculados com base em uma tarefa diária e a maior parte da força de trabalho agrícola é composta por Assalariados sazonais com baixos salários. Além disso, os Assalariados e suas famílias enfrentam uma série de questões de saúde, que emergem da maneira como são organizados o recrutamento, a moradia, os salários e as rotinas de trabalho. Isso inclui exaustão, desidratação, lesões no trabalho, infecções respiratórias e oculares, desnutrição, agressão sexual e doenças sexualmente transmissíveis.

Ali e Muianga (2017) ao estudar a organização da produção e do trabalho nas agro-indústrias em Moçambique, referem que a estrutura produtiva das agro-indústrias de cana-de-açúcar são exemplo do tipo de padrão de acumulação extractivo dominante em Moçambique, cujo foco é a produção de produtos primários para a exportação, com base na obtenção de vastas extensões de terra e recursos relacionados, como a água e a força de trabalho a baixo custo.

Estes autores caracterizam a organização do trabalho e da força de trabalho nos seguintes moldes:

O uso intensivo de força de trabalho sazonal. O emprego e o trabalho são instáveis e precários. Nem todos os assalariados conseguem ter trabalho durante toda a campanha agrícola e mesmo nos períodos de pico, domina uma insegurança laboral em resultado do modo de organização produtiva. O sistema de trabalho é baseado em metas ou em tarefas diárias, com recurso a mão-de-obra sazonal para atividades de limpeza, adubação, poda, etc. A força de trabalho intercala o seu trabalho nas plantações com outras formas de trabalho, com particular destaque para a produção familiar para autoconsumo e comercialização. As condições de trabalho são precárias, com problemas de saneamento, alimentação e transporte (Ali & Muianga, 2017, p. 190).

As condições de remuneração caracterizam-se por serem baixas e instáveis:

Salários baixos que não cobrem o custo de subsistência da força de trabalho, o que implica que a força de trabalho é responsável pela sua própria reprodução. A remuneração é baseada em metas ou tarefas diárias de trabalho e o não cumprimento das metas implica receber salário abaixo do mínimo estipulado para o sector. Nem todos os trabalhadores podem ter trabalho durante o período de vigência de contrato e os rendimentos apenas são pagos relativamente aos dias (Ali & Muianga, 2017, p. 190).

Perante este cenário de precarização da força laboral e retrocesso às práticas coloniais de recrutamento e de gestão dos assalariados, aliado aos efeitos ambientais e sociais negativos, a reabilitação da indústria açucareira foi acompanhada por protestos ao longo dos anos (entre 2002 a 2017), com registo de maior ocorrência nas açucareiras localizadas na região sul do país, com uma maior incidência para a açucareira de Xinavane<sup>22</sup> (Quadro 3).

---

<sup>22</sup> Segundo Mandamule (2019) uma das razões da incidência dos protestos na região sul, sobretudo na Açucareira de Xinavane, pode estar relacionada com o (fácil) acesso aos órgãos de comunicação pelos Assalariados, que permite dar uma maior visibilidade às suas reivindicações.

**Quadro 3. Distribuição Temporal (2002-2017) dos Protestos na Indústria Açucareira**

Ano	Açucareiras			
	Xinavane	Maragra	Marromeu	Mafambisse
2002-2006		X		
2007		X		X
2008	X			
2009			X	
2010				
2011	X			X
2012		X		
2013				
2014	X			
2015	X			
2016	X			
2017		X		

Fonte. Mandamule (2019, p. 108)

De acordo com Mandamule (2019), as greves foram algumas formas de protesto manifestadas de forma mais expressiva, através das paralisações laborais, da destruição dos campos de produção e de outras propriedades. De forma menos expressiva, as manifestações laborais verificavam-se com a entoação de canções herdadas do período colonial (canções de trabalho e religiosas). A lista das reivindicações incluem os baixos salários, as condições precárias de alojamento (para os assalariados sazonais), de higiene e de segurança no trabalho, os descontos para a segurança social aos assalariados sazonais, as longas horas de trabalho, a falta de pagamento de subsídios, as desigualdades salariais e de cargos de chefia entre os Assalariados nacionais e estrangeiros com as mesmas qualificações profissionais.

Mandamule (2019) salienta que as greves foram também protagonizadas pelos pequenos produtores (através de sabotagens, de roubos e de desistências) que reclamavam pela usurpação de terras, assim como, pelos candidatos para trabalhos sazonais descontentes com as exigências no acesso ao emprego.

As respostas aos protestos consistiam na adoção de formas mais agressivas através de sanções disciplinares até a repressão policial, com recurso a violência física e ao reforço dos mecanismos de controlo e supervisão (O’Laughlin & Ibraimo, 2013; Mandamule, 2019). As respostas menos agressivas dos protestos caracterizavam-se pela intervenção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Açucareira (SINTIA), ou da intervenção de alguns assalariados

reformados que gozam de algum prestígio e respeito a nível das açucareiras e dos assalariados.

#### **4.2 Reforma da política de preços do açúcar**

Após a guerra civil a indústria açucareira produzia baixas quantidades de açúcar para abastecer o mercado doméstico e a sua capacidade de comercialização interna era de 100 mil toneladas de açúcar (Entrevista a Timóteo). No entanto, o açúcar produzido internamente não podia ser vendido no mercado interno porque grande parte do mercado do açúcar era abastecido com açúcar barato proveniente de importações do açúcar estrangeiro (por exemplo, as vendas subsidiadas de grandes países produtores como o Brasil e a Tailândia) e por contrabando do açúcar de países vizinhos – Malawi e Zimbábwe (Penglis, Anania, Matthews, Olper, Psaltopoulos, Sarris, & Skuras, 2015).

Como forma de reverter o cenário (a concorrência de açúcar barato e ilegal) associada a alta volatilidade de preços abaixo dos custos no mercado internacional, bem como, a necessidade de garantir aos investidores mercado interno para o açúcar a um preço que lhes permitisse recuperar o investimento feito e continuar a operar, foram levadas a cabo duas ações pelo Governo moçambicano (INA, 2000): i) o estabelecimento de uma sobretaxa à importação e o estabelecimento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre a importação e ii) a luta contra o contrabando do açúcar.

##### **4.2.1 A Sobretaxa à importação e o estabelecimento do IVA**

Entre 1992 e 1997 a política de preços do açúcar (referente a tarifa à importação do açúcar) baseava-se na cobrança de um valor relativo a importação do açúcar, constituído por 7,5% da tarifa sobre o preço CIF<sup>23</sup> de importação do açúcar e 5% da taxa de venda.

A política da sobretaxa à importação adotada em 2001, a partir do Diploma Ministerial nº 56/2001 de 11 de abril, foi aplicada com o objetivo de proteger a indústria do açúcar em Moçambique da concorrência externa. A aplicação da política da sobretaxa à importação também visava nivelar os preços domésticos aos preços de referência institucional, que eram

---

<sup>23</sup> *Cost, Insurance and Freight* (Custo, Seguro e Frete). É uma cláusula universalmente usada em todas as despesas, inclusive o seguro marítimo e frete, até a chegada da mercadoria no porto de destino designado, a cargo do vendedor. Todos os riscos de logística (transporte, organização no navio) são da responsabilidade do comprador. Compete ao comprador receber a mercadoria no porto de destino e arcar com despesas de taxa de desembarque, impostos e outras taxas cobradas no transporte marítimo.



de USD 385 por tonelada para o açúcar castanho e USD 450 por tonelada para o açúcar branco<sup>24</sup>.

A sobretaxa baseava-se num preço de referência<sup>25</sup> fixado anualmente. Deste modo, todas as importações do açúcar com preço CIF abaixo do preço de referência seriam sujeitas ao pagamento de uma sobretaxa, cujo valor seria igual a diferença entre o preço de referência e o preço CIF. Se o preço CIF fosse mais elevado ou igual ao preço de referência, não se aplicaria nenhuma sobretaxa.

O Quadro 4 apresenta a fórmula de cálculo da sobretaxa à importação do açúcar.

#### Quadro 4. Fórmula do Cálculo da Sobretaxa à Importação do Açúcar

$$\text{Sobretaxa à importação do açúcar} = \frac{[\text{Preço de Referência} - (\text{Preço CIF} \times 0,93)]}{\text{Preço CIF aplicável}}$$

Fonte: Diploma Ministerial nº 56/2001 de 30 de março de 2001

Penglis et al. (2015) sublinham que a sobretaxa à importação é uma taxa variável, pela necessidade de reduzir a volatilidade dos preços no mercado interno e evitar que produtores e consumidores sejam prejudicados pelas variações de preços no mercado internacional. Se a sobretaxa fosse fixa, em períodos de alta de preços no mercado internacional, penalizaria os consumidores e, em períodos de baixa de preços no mercado internacional, seria ineficaz à proteção do mercado interno.

A volatilidade dos preços no mercado internacional deve-se em certa medida aos preços dumping<sup>26</sup> dos excedentes de produção nos principais países produtores de açúcar, onde os produtores de açúcar beneficiam de medidas diretas e indiretas de apoio interno à produção e

<sup>24</sup> Existem algumas particularidades de suspensão da aplicação da sobretaxa à importação, a importação do açúcar refinado sem a aplicação de sobretaxa para uso industrial como matéria-prima, desde que apurado atempadamente o défice do consumo, mediante apresentação ao Governo das respetivas quantidades pelo sector industrial (INA, 2000).

<sup>25</sup> O preço de referência é um instrumento político usado para regular os preços das importações de açúcar para Moçambique e é ativado quando há maiores volumes de açúcar barato importado no mercado doméstico e vendido a preços mais baixos que os do açúcar produzido localmente. O processo implica em apresentações da indústria açucareira de provas de prejuízo ou possível prejuízo na indústria, ao Governo. Assim, recomenda-se o preço de referência que é eficaz para proteger o mercado doméstico ao introduzir paridade de preços entre o açúcar importado e o açúcar produzido localmente (SPEED & USAID, 2015, p. 14).

<sup>26</sup> Preços dumping referem-se aos preços de produtos exportados aplicados abaixo do preço cobrado no mercado de destino.

a subsídios à exportação. Por exemplo, o Brasil apoia a sua indústria em cerca de 2,5 bilhões USD por ano, o que equivale a cerca de 15% do valor total das vendas do açúcar. A Índia aplica subsídios diretos nas exportações para USD 55 por tonelada e aumentou os direitos aduaneiros de 15% para 40%, na importação de açúcar bruto (Ministério da Agricultura, 2014).

Embora se reconheça a importância da sobretaxa à importação como uma medida de proteção da indústria nacional, a sua aplicação não é consensual e levanta discórdias com a sua adoção contínua.

De acordo com o Nhantumbo (2019a) o racional de uma sobretaxa é proteger a produção nacional face à concorrência desleal no mercado internacional, em situações é que haja produção nacional em quantidade e em qualidade. No entanto, o Governo moçambicano continua a cobrar, incompreensivelmente, a sobretaxa à importação do açúcar, particularmente o açúcar branco refinado, em nome da proteção de uma indústria açucareira nacional que, entretanto, não está a produzir. Este autor refere que só em agosto de 2019 é que a indústria açucareira conseguiu abastecer o mercado nacional com açúcar branco refinado, em virtude de se ter inaugurado em novembro de 2018 a refinaria da Açucareira de Xinavane, com uma capacidade média de 90 mil toneladas/ano.

Apesar do abastecimento do açúcar branco refinado no mercado nacional, a qualidade e a quantidade abastecida estar longe de satisfazer os consumidores locais, para além de não haver garantias de que a indústria continue em condições de abastecer o mercado nos anos subsequentes, sobretudo porque o acionista maioritário, a Tongaat Hulett está mergulhada em crise financeira e de imagem. Nhantumbo (2019b) relata que o relatório financeiro da Tongaat Hulett mostra que esta faltou com a verdade em relação as suas vendas de açúcar em Moçambique.

Uma auditoria feita a Tongaat Hulett em Moçambique detetou irregularidades nos cálculos da Tongaat Hulett. A auditoria constatou que a Tongaat Hulett teve uma queda de um terço nas receitas de 2018-2019 em relação a 2017-2018. A revisão das contas mostrou que as vendas da Tongaat Hulett em Moçambique caíram de USD 163 milhões em 2018 para USD 91 milhões em 2019, uma queda de quase 44%. As perdas nas vendas de açúcar aumentaram de 306 milhões de randes para 471 milhões de randes, um aumento de cerca de 35%. Para encobrir os factos, a Tongaat Hulett declarou como vendido o açúcar que cedeu à Distribuidora Nacional de Açúcar (DNA)<sup>27</sup>. Mas por causa da quota que controla na DNA

---

<sup>27</sup> A DNA é uma instituição que atua como entidade independente responsável pela gestão da distribuição

(50%), a Tongaat Hulett não tem direito à recompra da quantidade de açúcar que possa precisar. Para que se considere receita, o açúcar devia ser vendido ao comprador final, o que não foi o caso.

A reavaliação das contas evidenciou a inviabilidade das duas açucareiras que a Tongaat Hulett detém em Moçambique – Xinavane e Mafambisse.

O papel da DNA é muito contestada por outros intervenientes da indústria, sobretudo os consumidores industriais que acusam a indústria açucareira de estar a valer-se de uma proteção monopolista assegurada pela elite nacional, para servir de intermediária e ganhar mais-valia na comercialização sem produzir (Nhantumbo, 2019c).

A DNA é ainda conotada como um *trader lobbyist* e mafioso por importar açúcar branco refinado de mercados como a África do Sul, Brasil, Dubai e Egipto, para abastecer no mercado interno sem pagar sobretaxas, na qualidade de entidade responsável pela distribuição do açúcar da indústria açucareira. No caso do mercado sul-africano, o açúcar provém das fábricas de produção de açúcar da Tongaat Hulett em Durban e a DNA atua também como um braço da Tongaat Hulett.

Aliado ao lobbismo na indústria açucareira, encontra-se a Associação dos Produtores de Moçambique (APAMO), uma entidade parceira da DNA. A associação da APAMO é considerada lobista da indústria açucareira pelos críticos contra a proteção da indústria. Um dos indícios dessa suposição está relacionado com o facto do presidente da APAMO ter sido um antigo administrador delegado da Açucareira de Xinavane que pode estar ao serviço da Tongaat Hulett na associação (Nhantumbo, 2019c).

Segundo Nhantumbo (2019c), as discórdias na aplicação da sobretaxa à importação devem-se ao incumprimento do artigo 2 do Diploma Ministerial 56/2001 de 11 de abril, que permite a importação de açúcar em regime especial (isenção da sobretaxa) em quantidades determinadas pelas necessidades produtivas (acima de 600 toneladas), multiplicadas pela percentagem doméstica em falta. Este regime especial deveria vigorar até abril de 2002. Ao fixar um ano de duração do regime especial (de abril de 2001 a abril de 2002), o Governo de Moçambique acreditava numa rápida reconstrução da indústria nacional de açúcar, mas a realidade mostrou o contrário, sobretudo no caso do açúcar branco refinado que está no mercado desde novembro de 2019.

Na prática, os consumidores industriais de açúcar branco refinado não pagavam a sobretaxa,

---

doméstica e de exportação de açúcar das fábricas de Xinavane, Maragra, Mafambisse e Sena. A DNA é detida em 50% pela Tongaat Hulett.

visto que o preço de referência da sobretaxa (USD 450 por tonelada) encontrava-se abaixo do preço internacional (USD 500 por tonelada). Em 2015, o Governo do atual presidente, o Eng. Filipe Jacinto Nyusi, modificou o preço de referência para USD 932 por tonelada (atualmente USD 750 por tonelada no mercado nacional), um valor muito acima do preço internacional (USD 323 por tonelada), muito provavelmente pela crise económica-financeira que se instaurou no país nos últimos anos.

As discórdias na aplicação da sobretaxa à importação são também notórios nas instituições públicas e no governo, com uns a favor do seu desmantelamento e outros a favor da sua manutenção.

Segundo Nhantumbo (2019c), as alfândegas da Autoridade Tributária de Moçambique (ATM) argumentam que a aplicação do regime das sobretaxas à importação do açúcar visa resolver as distorções do mercado mundial do açúcar, por causa dos incentivos que algumas economias dão a indústria do açúcar, mas reconhecem que este é um assunto sensível que coloca em colisão vários intervenientes da indústria.

O então Ministro da Indústria e Comércio, o Dr. Ragendra de Sousa, em ataque a sobretaxa à importação do açúcar apelidou-a de política de *infant industry*, em alusão às duas décadas de proteção que a indústria açucareira se tem beneficiado do Estado, falida e sustentada pelo próprio moçambicano “nós todos aqui pagamos o açúcar 30% mais caro do que se viesse pelo preço do mercado internacional”<sup>28</sup> (Nhantumbo, 2019a, p. 4).

O atual Ministro das Finanças, o Dr. Adriano Maleiane, segundo os consumidores industriais “não arreda o pé na defesa da sobretaxa”, pois já passa um ano que as reivindicações foram apresentadas formalmente ao ministro, mas sem resposta (Nhantumbo, 2019a, p. 4).

Penglis et al. (2015), reconhecem a importância da sobretaxa como medida necessária para a proteção da indústria açucareira da concorrência global, na medida em que procura salvaguardar um preço do açúcar produzido internamente que viabilize os custos de produção e garanta uma margem aceitável de lucro. Mas estes autores destacam que, em última instância, é o consumidor local que paga os custos de proteção da indústria, quando as importações mais baratas de açúcar bruto existem – “a indústria açucareira é uma indústria protegida que o médio moçambicano está a subsidiar a pagar mais pelo seu açúcar que não

---

<sup>28</sup> O jornal observa que o posicionamento do Ministro em relação a política da sobretaxa ocorre no final do seu mandato, sem perspectivas de renovação, com a necessidade de se redimir perante um assunto polémico mal conduzido.

seria o caso se não existissem tarifas e se as importações mais baratas pudessem competir” (Penglis et al., 2015, p. 31).

Os consumidores industriais do sector de bebidas e produtos alimentares que usam principalmente o açúcar branco refinado como matéria-prima, por exemplo a multinacional Coca-Cola, a Sumol+Compal Moçambique e as Cervejas de Moçambique – CDM, são alguns dos que se sentem lesados. Este grupo de consumidores é unânime em afirmar que a sobretaxa à importação do açúcar branco refinado não faz sentido e acarreta prejuízos (saídas anuais de divisas em cerca de 30 milhões de USD), seja pela falta de capacidade de abastecimento da indústria açucareira em quantidade e qualidade, seja pela comercialização do açúcar de origem estrangeira pela própria DNA, uma *trader* local a intermediar o açúcar estrangeiro para abastecer a indústria nacional e a exportar o açúcar a metade do preço aplicado no mercado interno. O resultado é a perpetuação de um monopólio especulativo na indústria açucareira (Nhantumbo, 2019a).

Portanto, para os consumidores industriais, a manutenção da sobretaxa à importação do açúcar reflete a ineficácia e a falta de competitividade da indústria açucareira, pela incapacidade de abastecer e concorrer no mercado interno sem nenhuma política de proteção. O facto da sobretaxa à importação resumir-se apenas à indústria açucareira e não contemplar produtos de outros ramos industriais que ficam sujeitos a concorrência livre no mercado, é também questionado pelos consumidores industriais.

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) faz uma leitura da sobretaxa à importação semelhante aos dos consumidores industriais, ao destacar que as mesmas não devem ser eternas e que, à indústria açucareira, deve ser alocada a quota correspondente a suas capacidade de produção.

O estudo de Mula (2008) sobre a transmissão de preços de açúcar entre os mercados moçambicano, sul-africano e internacional de açúcar entre 1999 a 2007 confirma a fraca competitividade do açúcar produzido em Moçambique, tanto no mercado interno como no mercado internacional e conclui que não há uma integração entre o mercado moçambicano e o mercado internacional. Uma das razões apontadas no estudo para a falta de competitividade interna e externa é a intervenção governamental na política de preços.

No seu estudo intitulado “Açúcar em Moçambique: equilibrar competitividade com proteção”, Kegode (2015) recomenda um equilíbrio entre a competitividade e a proteção da indústria açucareira, afim de maximizar os benefícios sociais, económicos, políticos e ambientais da indústria. O estudo sumariza os custos da proteção e da falta de competitividade da indústria açucareira nos diferentes intervenientes (governo, consumidores,

empresas, sociedade e economia). Os governos pagam pela anulação das dívidas para as fábricas insolventes, pelo resgate da indústria com fundos dos contribuintes, pela perda de receitas e impostos sobre as sociedades. Os consumidores subsidiam as ineficiências da indústria ao pagar preços altos pelo açúcar. As empresas pagam pela quebra na cadeia de fornecimento, nos laços comerciais, no desincentivo aos investimentos e na perda de lucros. A sociedade paga com a perturbação dos benefícios sociais (educação, saúde, habitação), a perda de meios de subsistência, o aumento dos níveis de pobreza e as implicações políticas. A economia do país perde o investimento direto estrangeiro e o crescimento económico fica comprometido.

A reforma da política de preços do açúcar também incidiu sobre a isenção do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na comercialização do açúcar no mercado interno na importação do açúcar (esta isenção inicialmente foi definida para vigorar até 2004, mas foi posteriormente prorrogada). O IVA é uma taxa equivalente a 17% introduzida em 1999. De acordo com os dispositivos legais (Código IVA, 1999; Decreto nº51/98 de 29 de setembro), a cobrança do IVA recai sobre todas as vendas e prestação de serviços, assim como sobre as importações.

#### **4.2.2 A luta contra o contrabando do açúcar**

De acordo com Timóteo (reformado do Ministério da Indústria e Comércio), foi criado um *task force* (missão especial e urgente) de luta contra o contrabando do açúcar. Esta missão especial era composta pelos órgãos de gestão e de fiscalização da indústria, nomeadamente, a Direção Geral das Alfândegas (serviços de Inteligência), o Instituto Nacional do Açúcar, a polícia, a guarda fronteiriça, a Direção Nacional dos Impostos, a Direção Nacional do Comércio Interno. Estas ações foram aplicadas com sucesso e permitiram assegurar o mercado interno para a indústria açucareira.

Embora o contrabando do açúcar tenha sido minimizado, ainda constitui um problema em Moçambique. Dados da APAMO confirmam o fluxo de cerca de 10 a 15 mil toneladas por ano que entram ilegalmente no país, originários do Malawi e do Zimbábue (Penglis et al., 2015).

Em suma, as políticas de proteção da indústria açucareira em Moçambique parecem dissimular a ineficácia da indústria no abastecimento e na competitividade no mercado (interno e externo) e parecem fomentar o monopólio produtivo e comercial do açúcar das quatro açucareiras. O que sugere que a indústria é incapaz de se manter no mercado sem o suporte de políticas de proteção e indicia uma certa incapacidade de adaptação no mercado

face a concorrência com o açúcar barato e a volatilidade dos preços do açúcar no mercado, que pode vir a ser agravada pelas tendências de uma maior liberalização do mercado do açúcar, segundo as previsões da OECD/FAO (2016).

Estes aspectos levantam questões sobre os mecanismos de integração dos pequenos produtores (e dos assalariados) na indústria, pois a ineficácia da indústria na produção do açúcar para o mercado e na competitividade, pode também ser o reflexo das formas de integração dos pequenos produtores que participam no elo de produção na cadeia de valor do açúcar.

A sustentabilidade da indústria açucareira sem o suporte de políticas de proteção no regime do açúcar, despertada pelas contestações nas políticas de proteção da indústria, pode estar a ser posta em causa, com implicações na manutenção da integração dos pequenos produtores (e dos assalariados).

Por um lado, as políticas de proteção da indústria podem se mostrar favoráveis à indústria, e consequentemente aos pequenos produtores ao assegurar mercado interno para o açúcar a um preço que permite recuperar o investimento feito e continuar a operar face a concorrência e a volatilidade de preços, com efeitos no incremento (ou manutenção) dos rendimentos monetários obtidos pelos produtores na produção da cana-de-açúcar<sup>29</sup>. Por outro lado, a falta de proteção da indústria pode ter implicações na continuidade da integração dos pequenos produtores (e dos assalariados) que dela dependem, uma vez que os rendimentos (e os postos de trabalho) são assegurados pela indústria. A exposição da indústria ao mercado tem impacto direto nos rendimentos da indústria e, consequentemente, dos pequenos produtores de Mercadorias, dado que os rendimentos de cana-de-açúcar dos pequenos produtores estão dependentes da receita líquida da comercialização do açúcar, ou seja, o valor da sacarose da cana-de-açúcar é calculada em função da receita líquida do açúcar, que segundo o Ministério da Agricultura (2014) representa cerca de 60% e 70% da receita.

---

<sup>29</sup> Em termos práticos, os efeitos no incremento de rendimentos não são lineares tendo em conta o oligopólio das quatro açucareiras que controlam integralmente a indústria açucareira, o que confere-lhes poder de mercado e de fixação de preços internos do açúcar sem ter de negociar com os Pequenos Produtores de Mercadorias que, segundo SPEED & USAID (2015), fornecem menos que 20% da cana-de-açúcar à indústria açucareira.

### **4.3 As condições de mercado de exportação na revitalização da indústria açucareira**

A viabilidade dos investimentos do capital estrangeiro na revitalização da indústria açucareira foi reforçada por políticas de quotas tarifárias, isenções de taxas e regimes especiais do açúcar, nos mercados americano, europeu e africano.

Segundo Penglis et al. (2015) entre 1975 e 2001 as exportações do açúcar bruto produzido em Moçambique destinavam-se apenas para os Estados Unidos da América (EUA), ao abrigo de uma Quota Tarifária Revisada (QTR), com isenções de direitos aduaneiros fixadas anualmente pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). À Moçambique correspondia uma quota de 1,3% do total das importações de açúcar bruto aos EUA que se traduzia em cerca de 14 mil toneladas/ano.

Mais tarde, Moçambique tornou-se signatário do Protocolo do Açúcar ACP/UE (África, Caraíbas e Pacífico/União Europeia) e em 2001, através da iniciativa *Everthying But Arms (EBA)* criada pela UE, passou a beneficiar de isenção de direitos aduaneiros em todas as suas exportações de açúcar. Esta iniciativa garantia o acesso livre de todos os produtos, menos armas, ao mercado europeu a qualquer um dos países menos desenvolvidos.

No âmbito do alinhamento do mercado de açúcar europeu para uma Política Agrícola Comum (PAC) orientada para o mercado a União Europeia iniciou em 2006 a reforma do Protocolo do Açúcar, com a previsão da liberalização total do mercado de açúcar para 2017.

Em virtude das reformas do Protocolo do Açúcar, os países signatários ACP, inclusive Moçambique, sofreram algumas implicações. Os preços de referência para as importações do açúcar no mercado europeu entre 2006 e 2010 reduziram na ordem dos 36%, o que custou aos países ACP cerca de 462 milhões de euros em receitas de exportação perdidas. Os países ACP ficaram sujeitos a enfrentar um mercado menor na UE, preços mais baixos, maior concorrência entre os países ACP e países de baixo custo (como por exemplo o Brasil), supressão e substituição de garantias de preços para o açúcar ACP por um preço negociado relacionado com o mercado.

Como compensação pelos efeitos causadas pelas reformas, a UE lançou um programa de medidas de acompanhamento do protocolo sobre o açúcar (*Accompanying Measures for Sugar Protocol Countries – AMSP*), com uma compensação financeira orientada para os países ACP. O programa visava reestruturar as indústrias de açúcar para se tornarem mais competitivas, diversificar os produtos derivados do açúcar, introduzir novas tecnologias, aumentar as áreas de cultivo, criar emprego rural associado à indústria e reduzir os custos de produção.



Em Moçambique, o programa foi implementado em três fases. As primeiras duas fases do programa decorreram entre os anos 2007 à 2011 e foi alocado um financiamento inicial de 6,5 milhões de euros. A terceira fase do programa, com uma duração inicial de 4 anos (2012 à 2016), foi alargada até 2018. Nesta fase foram disponibilizados 5,4 milhões de euros.

Moçambique também beneficia do Protocolo do Comércio da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) ratificado em 2002. O Protocolo do Comércio da SADC estabelece o desarmamento das imposições aduaneiras entre os países da SADC, com o objetivo de alcançar o comércio livre. Mas devido as distorções existentes no mercado internacional, em que o preço do mercado internacional atingia valores muito baixos, o açúcar não seria desarmado enquanto a situação de distorção do preço no mercado internacional prevalecesse (Entrevista a Timóteo).

As perspetivas no cenário global do mercado do açúcar apresentam oportunidades e desafios para a indústria açucareira. As projeções da OECD/FAO (2019) apontam para um crescimento da produção mundial de açúcar em 14% (de 178 milhões de toneladas métricas entre 2016-2019 para 207 milhões de toneladas métricas em 2028), embora a taxa média de crescimento anual da produção mundial de açúcar diminua nos próximos anos (de 1,7% entre 2009-2018 para 1,5% entre 2019-2028). O crescimento projetado será impulsionado, sobretudo, pelos países em desenvolvimento em cerca de 85%, especialmente os países da Ásia e da América Latina. Depois de uma participação significativa em quase um terço da produção global de açúcar entre 2009-2018 para os países desenvolvidos, a previsão para a próxima década (2019-2028) é de diminuição da participação para 15%.

As projeções indicam um crescimento mais lento da produção do açúcar para a UE, um dos destinos da exportação do açúcar produzido em Moçambique. A UE ocupa a 3ª posição a nível mundial. Na 1ª posição encontra-se o Brasil, na 2ª posição a Índia e na 4ª posição a Tailândia. Em África, o crescimento da produção será impulsionado pela forte procura doméstica por açúcar, para além de oportunidades comerciais. Prevê-se que a produção de açúcar aumente em 48%, equivalente a 16,7 milhões de toneladas métricas até o final de 2028. Este aumento vai resultar da expansão da produção nos países subsaarianos, apoiada por investimentos nos níveis das explorações agrícolas e do processamento agroindustrial. Todavia, apesar da previsão de crescimento da produção, o continente continuará a representar uma pequena parcela do mercado mundial (8% em 2028).

A OECD/FAO (2019) destaca que em condições climáticas normais, a produção de cana-de-açúcar e da beterraba continuarão em expansão, impulsionadas por retornos remuneratórios e por políticas que apoiam a produção de açúcar ou etanol à base de culturas de açúcar. Os

aumentos na produção de açúcar e etanol virão de maiores rendimentos, em vez de expansão da área. A cana-de-açúcar<sup>30</sup>, cultivada predominantemente em países tropicais e subtropicais da África, Ásia, América Latina e Caribe, continuará a ser a cultura dominante do açúcar (em cerca de 86%). A beterraba ficará nos 14% (uma cultura predominante em regiões temperadas).

Embora a produção de cana-de-açúcar cresça 1,3% ao ano, a sua participação na produção de açúcar deve diminuir em 4%, a favor da participação da cana-de-açúcar na produção de etanol em 21% em 2028. Portanto, a agricultura, com a cultura de cana-de-açúcar, continuará em expansão devido a sua vantagem específica de alternância entre a produção de açúcar e de etanol, dependendo de seus respectivos preços remuneratórios.

O gráfico 1 apresenta a evolução do preço do açúcar no mercado internacional, em termos nominais e reais<sup>31</sup>, num horizonte temporal de 30 anos (1998 a 2028). No que diz respeito aos preços reais do açúcar no mercado internacional, no início da década 2019-2028 serão baixos (entre USD 250 a USD 300 por tonelada), próximos dos níveis historicamente baixos dos anos 2006, 2014 e 2017 (entre USD 200 a USD 350 por tonelada). Porém, por cerca de quatro anos, prevê-se uma leve recuperação (um pouco acima de USD 300 por tonelada) e nos restantes anos da década 2019-2028 espera-se que os preços sigam uma tendência de queda, com níveis semelhantes aos níveis atuais (abaixo de USD 300 por tonelada). A tendência de queda será impulsionada pela desaceleração da procura (OECD/FAO, 2019).

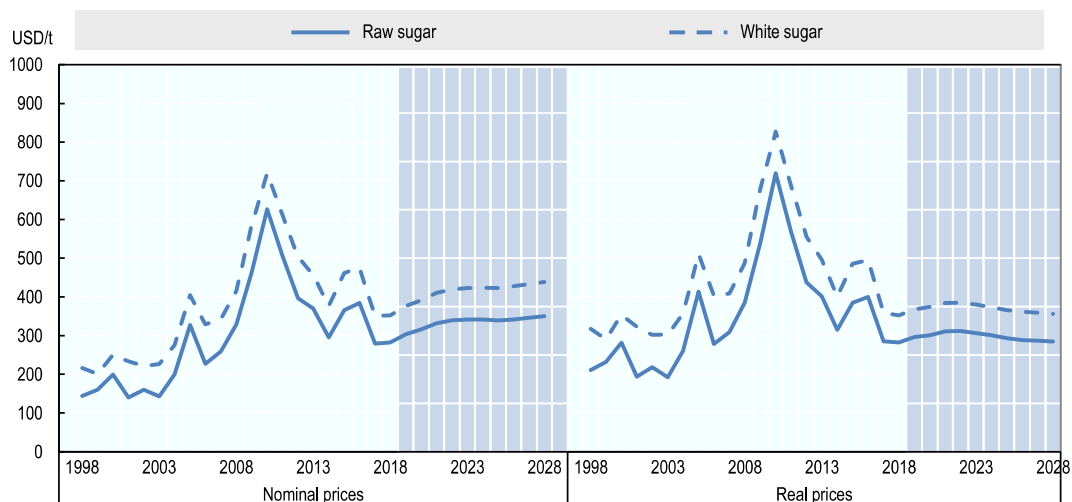
Prevê-se que os preços médios do açúcar em termos reais na próxima década (2018-2028) sejam inferiores à média dos últimos 20 anos, mas mais altos quando expressos em termos nominais. Até 2028, o preço nominal mundial é projetado em USD 350 por tonelada (USD 15,9 centavos por libra) para açúcar bruto e USD 438 por tonelada (USD 19,9 centavos por libra) para açúcar branco (Gráfico 1).

---

<sup>30</sup> A cana-de-açúcar é uma cultura perene que cresce principalmente nas regiões tropicais e subtropicais. As mesmas plantas podem ser colhidas por vários anos, embora com rendimentos decrescentes, o que as torna menos substituíveis do que as culturas anuais. Além do açúcar e do etanol, a cana-de-açúcar também pode gerar derivados como eletricidade (através do excedente de bagaço) e bioplásticos. No entanto, continua a ser uma colheita com uso intensivo de água.

<sup>31</sup> A diferença entre os preços nominais e reais reside no facto do preço real ser o preço nominal ajustado em relação à inflação ou deflação.

**Gráfico 1. Evolução do Preço do Açúcar no Mercado Internacional**



Fonte: OECD/FAO (2019, p. 157)

A OECD/FAO (2019) salienta que as políticas de apoio ao açúcar distorcem o comércio no mercado de açúcar. A sua eliminação progressiva (mudanças nas políticas do lado da oferta, como por exemplo a eliminação do sistema de quotas de açúcar na UE<sup>32</sup> em outubro de 2017) contribui para atenuar as variações ano a ano dos preços do açúcar. As políticas de apoio domésticos quer nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, nomeadamente as taxas de importação, as quotas tarifárias e o suporte mínimo a preços, continuarão a distorcer os mercados e a contribuir para o nível relativamente elevado de volatilidade dos preços (OECD/FAO, 2016).

No que concerne ao consumo global de açúcar, segundo a OECD/FAO (2019) prevê-se um crescimento contínuo em torno de 1,6% ao ano, a alcançar 203 milhões de toneladas métricas em 2028. O aumento no consumo global de açúcar virá principalmente dos países em desenvolvimento, que serão responsáveis por 98% da procura adicional (Ásia, com 69% e África com 27%, duas regiões com deficit de açúcar).

Entre 2019-2028, o nível mundial médio de consumo per capita deverá aumentar de 22,7 kg para 24,2 kg, com variações entre regiões e países (por exemplo na África Subsaariana de

<sup>32</sup> A eliminação das quotas de produção de açúcar em 2017, introduzidas em 1968 para garantir a produção e os preços, conduziu a uma queda nos preços domésticos, liberou as exportações e tornou a UE um mercado menos atraente para os países que exportavam o seu açúcar à UE, apesar de alguns acordos comerciais regionais (como o EBA). Prevê-se que as importações de açúcar diminuam 61% entre 2019-2028, o que atingirá uma média de 1,0 milhão de toneladas métricas, contra 2,6 milhões de toneladas métricas na última década (2009-2018) (OECD/FAO, 2019).

cerca de 9kg para 10kg e na Tailândia, de cerca de 40 kg para quase 50kg (OECD/FAO, 2019, p. 161).

Por outro lado, espera-se que o nível de ingestão de açúcar por pessoa em muitos países desenvolvidos continue a diminuir devido ao aumento das preocupações crescentes com os efeitos potenciais do consumo excessivo de açúcar<sup>33</sup> (ganhos de peso não saudáveis que aumentam o risco de diabetes, doenças cardíacas e cáries). Além disso, vários países implementaram impostos sobre produtos açucarados calóricos, na tentativa de reduzir o consumo de açúcar (por exemplo, o México foi o primeiro em 2014).

Em, suma, as previsões mundiais de crescimento da produção e do consumo de açúcar, baseado, em particular na expansão da cultura de cana-de-açúcar com o incremento da produtividade, são promissoras e constituem oportunidades de crescimento para a indústria açucareira em Moçambique. A indústria açucareira possui a cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção do açúcar e pode alargar o leque de mercados de exportação para as regiões de crescimento de consumo, especialmente em África. No entanto, a indústria tem pela frente o desafio da competitividade no mercado face a evolução dos preços do açúcar no mercado internacional com tendências de queda na próxima década, a perda de preferência do mercado europeu com a abolição das quotas de açúcar na União Europeia devido a liberalização do mercado de açúcar e as constatações às políticas de apoio ao açúcar que distorcem o comércio no mercado de açúcar.

#### **4.4. Participação dos pequenos produtores na indústria açucareira**

No âmbito dos objetivos das medidas de acompanhamento do protocolo do açúcar concebidas pela União Europeia (UE) aos países signatários do Protocolo de Açúcar<sup>34</sup> (AMSP) foi fomentada a integração dos pequenos produtores na indústria açucareira na produção de cana-de-açúcar.

A província de Maputo foi a província eleita para a implementação do programa, especificamente nas Açucareiras de Xinavane e Maragra, sob a supervisão inicial do CEPAGRI e com a extinção desta instituição, passou a ser supervisionada pelo Fundo de

---

<sup>33</sup> Por exemplo, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) de reduzir a ingestão diária de açúcar para menos em 10% da ingestão total de energia (OECD/FAO, 2016).

<sup>34</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Gabinete do Ordenador Nacional para Cooperação Moçambique-UE. Disponível em: <http://www.gon.gov.mz/index.php/10-fed/protocolo-do-acucar> Acesso: Outubro de 2018.

Desenvolvimento Agrário (FDA) do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA).

O financiamento às duas açucareiras inicialmente foi realizado a partir do Governo de Moçambique. Mais tarde, passou para o cofinanciamento direto (40% da subvenção da UE e os restantes 60% de empréstimos), por se mostrar mais efetivo e eficiente em relação ao financiamento por via governamental. O financiamento à integração dos pequenos produtores tem a finalidade de financiar a preparação dos campos de cultivo e capacitar os produtores em práticas agrícolas do cultivo de cana-de-açúcar e de alimentos.

Na campanha agrícola 2013/14 os pequenos produtores contribuíram com 9.550 hectares de área, com um nível de produção de 773.000 toneladas de cana moída e arrecadaram cerca de 40 milhões de meticais (Ministério da Agricultura, 2014).

De acordo com Penglis et al. (2015) a integração dos pequenos produtores no cultivo da cana-de-açúcar surge, sobretudo, como uma estratégia de expansão das áreas para o alcance de economias de escala pela indústria açucareira.

A expansão das áreas de cultivo para explorar as economias de escala é condicionada pela disponibilidade de terras. A propriedade de terra não é permitida por lei, apenas direitos. Pela Lei de Terras 19/97 de 1 de Outubro, os direitos de uso e aproveitamento podem ser adquiridos i) segundo normas e práticas costumeiras, ou seja, ocupação da terra baseada nas tradições locais como herança dos antepassados, ii) ocupação da terra por pessoas singulares nacionais há pelo menos 10 anos e iii) através de autorização de pedido de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

Em Moçambique, pelo menos em teoria as terras existentes nas povoações, nas áreas circunvizinhas, nas terras propícias para a prática da agricultura ‘tem dono’ ou seja, ‘pertencem’ a pessoas singulares ou comunidades locais protegidos pelos direitos costumeiros ou tradições locais vigentes na lei.

A aquisição dos direitos de uso e aproveitamento da terra para fins produtivos e comerciais por investidores estrangeiros está sujeita a consulta comunitária, que é muitas vezes conflituosa. Por isso, a principal estratégia de obtenção de terra adotada pelas açucareiras tem sido a integração dos produtores nas proximidades das fábricas.

Os produtores em Moçambique possuem em média menos de 2 hectares. No entanto, a limitação de terra para explorar as economias de escala é um obstáculo para a integração dos pequenos produtores de forma mais autónoma como produtores individuais.

Para contornar esta limitação a maioria dos pequenos produtores é encorajada pelas açucareiras a organizar-se em associações. A limitação da terra constitui um ‘trunfo’ para as

açucareiras aliciarem os produtores ao cultivo da cana-de-açúcar nas terras tradicionais dos ‘donos’ das terras (Penglis et al., 2015).

## 5. Cadeia de Valor do Açúcar

Cadeia de valor é um termo originado na área empresarial por Porter (1985) para designar um conjunto de atividades desagregadas. A cadeia de valor de um produto envolve as ligações a montante e jusante até ao consumidor final.

O estudo do observatório do Meio Rural (OMR), de Nova (2018) sobre “Estruturas de mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor”, identificou cinco elos de ligação da cadeia de valor do açúcar em Moçambique, i) a produção, ii) o armazenamento, iii) o processamento, iv) a distribuição e o v) consumo, como ilustra a Figura 1.

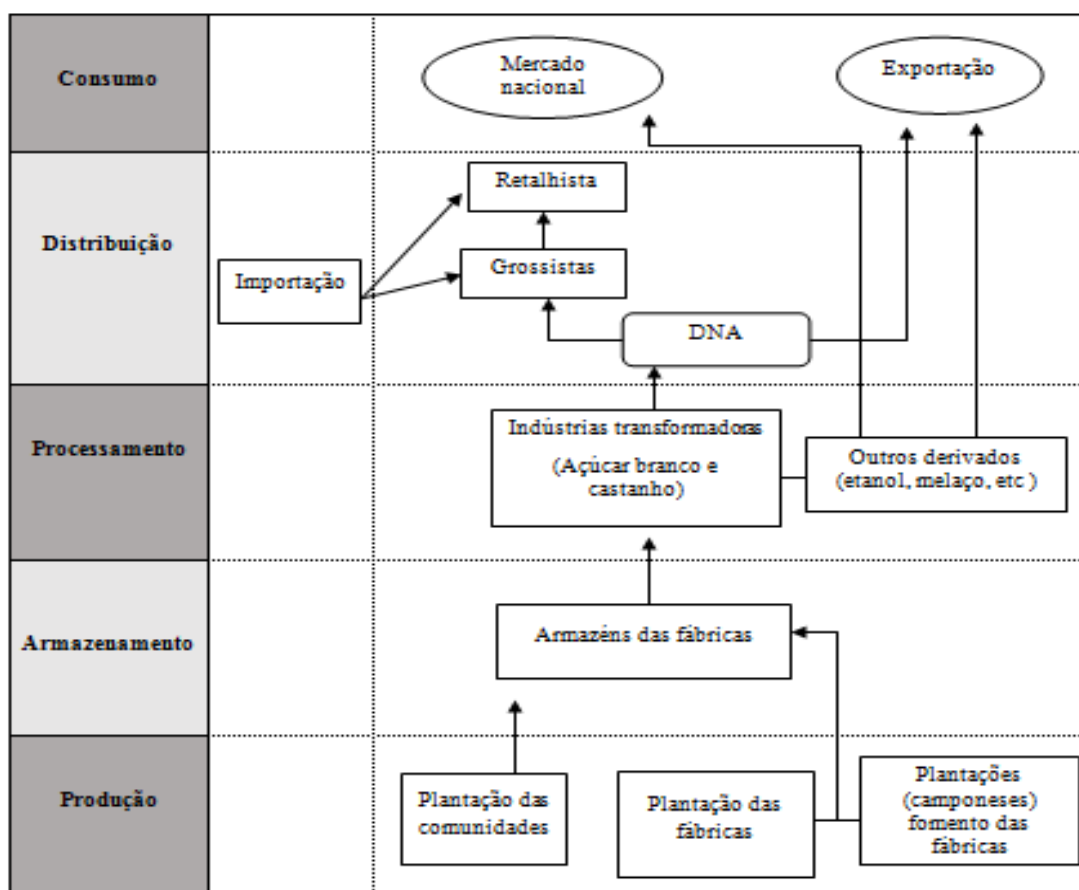


Figura 1. Cadeia de Valor do Açúcar em Moçambique

Fonte: Nova (2018, p.17)

A produção, o armazenamento e o processamento da cana-de-açúcar é concentrado em torno das quatro açucareiras – Xinavane, Maragra, Mafambisse e Marromeu.

As fábricas de processamento obtêm a cana-de-açúcar de uma combinação da produção nas plantações das açucareiras, nas plantações dos Pequenos Produtores de Mercadorias (Pequenos Produtores de Mercadorias organizados em associações, Pequenos Produtores de Mercadorias individuais) e nas plantações de outras empresas. A cana-de-açúcar é transformada em açúcar castanho (e, recentemente, em açúcar branco apenas na refinaria de Xinavane).

Os serviços de apoio – equipamentos, manutenção, maquinaria, insumos, transporte – são fornecidos por empresas estrangeiras, particularmente sul-africanas pelas limitadas capacidades técnicas das empresas moçambicanas (Mula, 2008).

Um dos legados históricos herdados da indústria açucareira no período colonial foi a verticalização integrada da produção da cana-de-açúcar ao processo fabril do açúcar. Esta integração, segundo Penglis et al. (2015) deve-se as características da matéria-prima, que deve ser imediatamente moída para não se degradar e perder o seu rendimento de sacarose.

Do processamento da cana-de-açúcar derivam o bagaço e o melaço. Os derivados da cana-de-açúcar para além de serem consumidos no mercado nacional, são exportados, principalmente para a Europa.

A comercialização do açúcar produzido pelas quatro açucareiras é feita sob monopólio<sup>35</sup> comercial da Distribuidora Nacional do Açúcar (DNA), para o mercado nacional – grossistas e retalhistas – e para o exterior. Neste contexto a DNA atua, simultaneamente, como um monopsónio<sup>36</sup>, quando adquire o açúcar às fábricas, e como um monopolista quando vende aos grossistas e retalhistas.

Segundo Nova (2018) a constituição da DNA pelas quatro açucareiras, onde cada uma detém 25% de participação, pode ser vista como uma estratégia de cartel para a fixação de quotas de produção em função da capacidade de produção de cada uma das açucareiras e, consequentemente, por meio da ação coordenada, eliminar a concorrência e influenciar a fixação do preço de referência para o açúcar no mercado doméstico.

O Gráfico 2 mostra a evolução do preço do açúcar à porta da fábrica, de 10 para 30 meticais por kg entre 2005 e 2015. A evolução dos preços do açúcar à porta da fábrica, quase

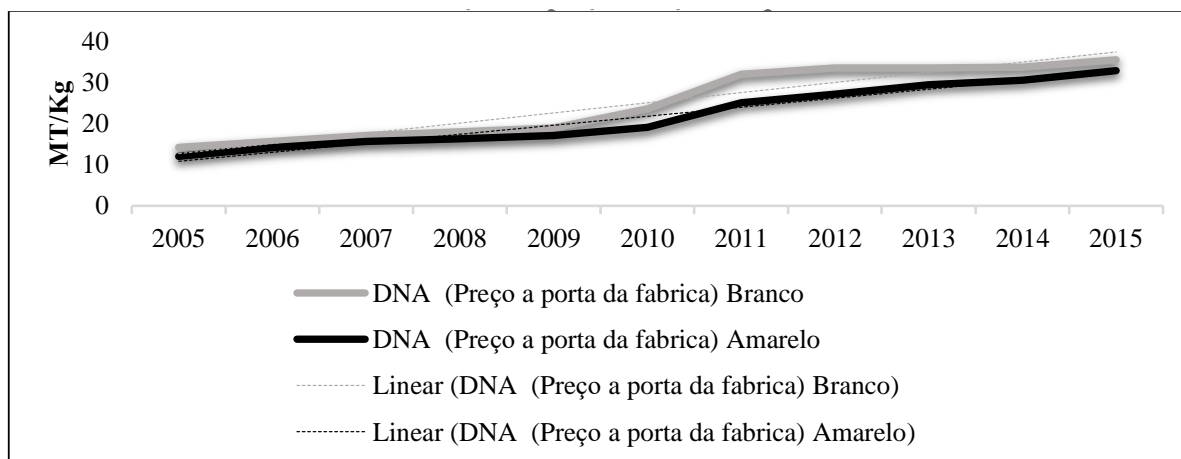
---

<sup>35</sup> O monopólio caracteriza-se pela existência de um grande número de consumidores com apenas um vendedor.

<sup>36</sup> Um monopsónio consiste num grande número de vendedores, mas com apenas um comprador.

triplicado com a revisão do preço de referência em 2015<sup>37</sup>, é segundo a autora, um indicativo da existência de um mecanismo de controlo de preços a partir do preço de referência adotado pelo Governo para proteger a indústria açucareira.

**Gráfico 2. Evolução do Preço do Açúcar à Porta da Fábrica**



Fonte: Nova (2018, p.28)

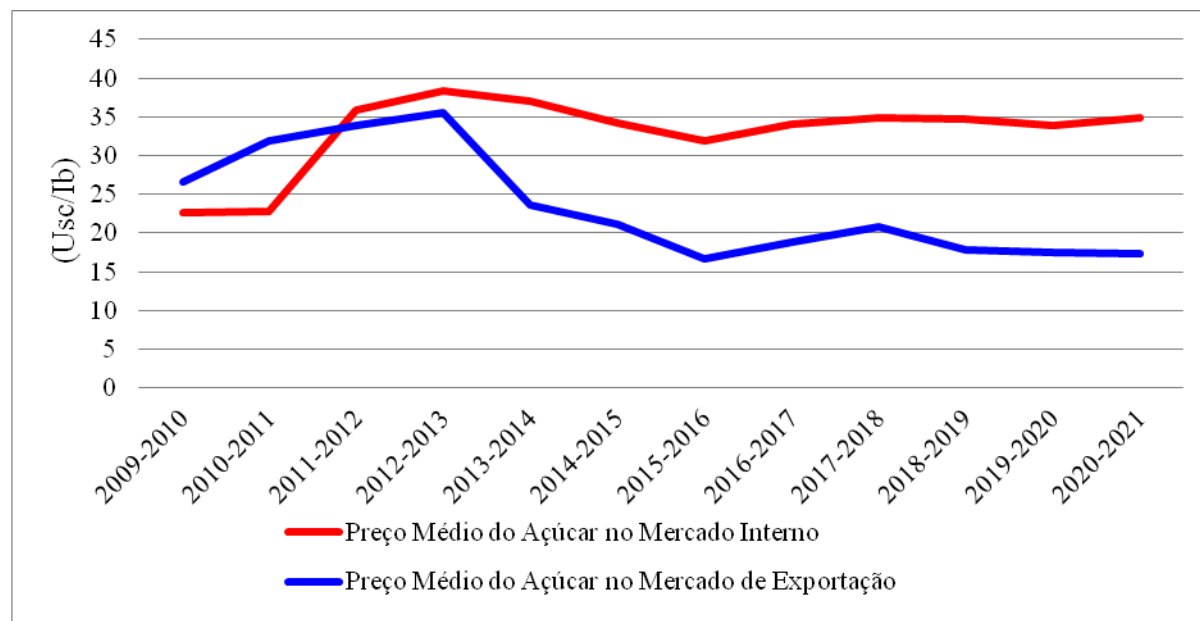
Os dados da DAA (2018) sobre a evolução dos preços no mercado interno e de exportação (Gráfico 3), com valores quase a triplicar desde 2014-2015, parece confirmar a permanência do mecanismo de controlo de preços do açúcar a partir do preço de referência adotado pelo Governo para proteger a indústria açucareira<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Em Julho de 2015, o Governo de Moçambique, em consulta com a indústria de açúcar, aumentou o preço de referência do açúcar em 109% no açúcar bruto para USD 806 por tonelada métrica e em 107% no açúcar refinado branco para USD 932 por tonelada métrica (SPEED & USAID, 2015, p. 14).

<sup>38</sup> Estes indicadores reforçam as contestações nas políticas de proteção da indústria açucareira, que os consumidores estão a subsidiar os custos de proteção da indústria, ao pagar mais caro pelo seu consumo que poderia ser mais barato se fosse adquirido pelo preço médio de exportação do açúcar. Estes indicadores sinalizam também a volatilidade (oscilações) do preço do açúcar no mercado de exportação, com implicações nos rendimentos dos pequenos produtores.



**Gráfico 3. Evolução do Preço do Açúcar no Mercado Interno e de Exportação**



Fonte: DAA (2018)

Uma das implicações desse tipo de estrutura de mercado do açúcar é a restrição da concorrência a uma única fase (processamento e distribuição), que retém a acumulação do valor agregado nessa mesma fase, em detrimento de outras fases que mais necessitam de desenvolver (Nova, 2018).

Embora a cadeia de valor seja um meio de agregar valor ao negócio/produto nos diferentes elos de ligação, no caso do açúcar esta agregação de valor fica concentrado e retido na DNA/açucareiras. A acumulação do valor agregado também se reflete nas ligações a montante, nas empresas (sul-africanas) fornecedoras de meios e equipamentos de produção.

Portanto, a cadeia de valor do açúcar é uma estrutura de mercado imperfeito, por ser monopolista com apenas quatro agentes (açucareiras) agrupados em um agente (DNA) do lado da procura, e muitos agentes do lado da oferta (os pequenos produtores e outras empresas).

De acordo com Mosca (2011) o monopólio beneficia quem adquire (procura) os produtos (DNA/açucareiras), seja pela capacidade negocial, seja pelas imposições técnicas e de certificação (qualidade), pela regularidade e escala de fornecimento, no estabelecimento dos preços.

Krugman e Wells (2007) realçam que o monopólio e o oligopólio são estruturas de mercado que causam ineficiência na economia, quando as empresas tem a capacidade de determinar o preço e aumentar os seus lucros a curto e longo prazo, sobretudo, numa situação de existência

de barreiras à entrada de novos concorrentes, como é o caso do açúcar com a revisão dos preços de referência.

### **Considerações finais**

A falta de consolidação das opções de política económica adotadas em Moçambique – colonização, planificação central/estatização, privatização, economia de mercado/economia de renda – com dinâmicas de inflexão e de recuo, gerou processos descontinuados no desenvolvimento da indústria açucareira em Moçambique. O que se refletiu na secundarização/marginalização da agricultura e dos pequenos produtores no que diz respeito a manutenção e/ou ao desenvolvimento dos seus mecanismos de progressão entre as formas pré-capitalistas de produção e a economia de mercado.

Apesar do renovado capital de investimento na indústria açucareira, com novas formas de integração da agricultura e dos pequenos produtores, há uma continuidade na reconstituição das relações do passado colonial na agricultura e nos pequenos produtores, que reforçam a baixa valorização social e material da vida e do trabalho dos pequenos produtores e extraem excedentes produtivos e económicos da agricultura e dos pequenos produtores para a acumulação nos elos de maior valor acrescentado – de transformação e de distribuição – e nas alianças políticas locais.

A insustentabilidade das políticas de proteção da indústria açucareira para uma efetiva competitividade no mercado, agravada pela volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional e pelas tendências de uma maior liberalização de mercado, coloca desafios a indústria açucareira que, se não forem consideradas, poderá comprometer a continuidade da própria indústria e dos pequenos produtores, uma vez que dela dependem, nessas atuais formas de integração.

### **Referências bibliográficas**

- Ali, R., & Muianga, C. (2017). Integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 185-201). IESE. Maputo.
- Baltasar, J. A. D. S. (2017). Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do Vale do Zambeze (séculos XVII e XVIII). Universidade Nova de Lisboa. *Dissertação de Mestrado em História do Império Português*.
- Buur, L., Mondlane, C., & Baloi, O. (2011). Strategic privatisation: rehabilitating the Mozambican sugar industry. *Review of African Political Economy*, 38(128), 235-256.

- CEPAGRI (2011). Balanço do Plano Económico e Social 2010. Ministério da Agricultura. Maputo.
- Clarence-Smith, W. G. (1985). *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic imperialism*. Manchester University Press
- Código do IVA (1999). Decreto n.º 51/98, de 29 de setembro, Moçambique
- DAA (2018.). *Folhas de Factos da Agricultura*. Tongaat Hulett. Açucareira de Xinavane, SA
- Diploma Ministerial (2001). n.º 56/2001 de 30 de março. Moçambique
- Diploma Ministerial (2001). n.º 56/2001 de 11 de abril. Moçambique
- DNA (2019). *Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS)*. Disponível em <https://www.acismoz.com>
- Guina, A. M. P. (2007). A importância do complexo fabril açucareiro de Marromeu - província de Sofala em Moçambique – no desenvolvimento socioeconómico para a comunidade. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. *Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos*.
- Head, J. (1980). A Sena Sugar States e a mão-de-obra migratória. *Estudos Moçambicanos*, (1), 53-72.
- Hegdes, D., & Chilundo, A. (1988). *História de Moçambique*. A luta dos camponeses e trabalhadores e a contestação da situação colonial 1945-1961. UEM. 5, 45-90. Maputo
- INA (2000). *O sector do Açúcar em Moçambique: situação actual e perspectivas futuras*. Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Maputo.
- Lazzarini, A. H. (2017). Gendered labour, migratory labour: Reforming sugar regimes in Xinavane, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 43(3), 605-623.
- Loyola, P. R. G. (2009). Valor e mais-valia: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx. *Argumentos. Revista de filosofia*, 1(2), 130-138.
- Krugman, P., & Wells, R. (2007). *Introdução à economia*. Elsevier editora. Rio de Janeiro.
- Macamo, F. F. (2016). Impacto socioeconómico das empresas de agro-processamento no desenvolvimento das comunidades rurais no distrito da Manhiça: O caso da empresa açucareira da Maragra, 2012-2015. Universidade Eduardo Mondlane. *Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento*.
- Mandamule, U. (2019). Ferreira wá guirá: uma análise da história do protesto laboral nas plantações de cana-de-açúcar a partir das canções de trabalho. In Feijó, J. (Ed.) *Tensões e Conflitos Sociais no Campo* (pp. 89-116). Escolar Editora. Maputo.
- Ministério da Agricultura (2014). *Proposta para atualização dos preços de referência do açúcar*. República de Moçambique. Maputo.

- Mosca, J. (1999). *A experiência socialista de Moçambique (1975-1986)*. Instituto Piaget. Lisboa.
- Mosca, J. (2005). *Economia de Moçambique século XX*. Instituto Piaget. Lisboa
- Mosca, J. (2011). *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar editora.
- Mula, M. D. (2008). Transmissão de Preços de Açúcar entre os Mercados Moçambicano, Sul-africano e Internacional. ISCTE, 2008. *Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais*.
- Nhantumbo, A., & Manhiça, J. (2017). Barulho no canavial: Comunidades aborrecidas com Açucareira de Xinavane. *SAVANA*, ANO XXIV, Nº 1230, 8-9, de agosto.
- Nhantumbo, A. (2019a). A sobretaxa da discórdia. *SAVANA*, ANO XXVI, Nº 1354, 4. 20 de dezembro.
- Nhantumbo, A. (2019b). Tongaat mentiu sobre vendas de açúcar. *SAVANA*, ANO XXVI, Nº1353, 4, 13 de dezembro.
- Nhantumbo, A. (2019c). Máfia no açúcar: Das sobretaxas ao lobby na comercialização. *SAVANA*, ANO XXVI, Nº 1324, 1-4, 24 de maio.
- Nova, P. Y. (2018). Estruturas de mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor. *Observatório do Meio Rural*, Observador Rural (59), 1-42.
- OECD/FAO. (2016). *OECD-FAO Agricultural outlook 2016-2025*. OECD Publishing, Paris. [http://dx.doi.org/10.1787/agr\\_outlook-2016-en](http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2016-en) (acedido em novembro de 2019).
- OECD/FAO. (2019). *OECD-FAO Agricultural outlook 2019-2028*. OECD Publishing, Paris/Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome. [https://doi.org/10.1787/agr\\_outlook-2019-en](https://doi.org/10.1787/agr_outlook-2019-en) (acedido em janeiro de 2020).
- O’Laughlin, B., & Ibraimo, Y. (2013). A expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude. *Cadernos IESE*, Working paper (12). Maputo
- O’Laughlin, B. (2017). Consuming bodies: Health and work in the cane fields in Xinavane, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 43(3), 625-641.
- Penglis, E., Matthews, A., Sarris, A., Olper, A., Anania, G., Psaltopoulos, D., & Skuras, D. (2015). *Evaluation of Preferential Agricultural Trade Regimes, in particular the Economic Partnership Agreements (EPAs)* (No. IKEEBOOK-2020-616). European Commission.
- Porter, M. E. (1985). Technology and competitive advantage. *The Journal of Business Strategy*, 5(3), 60.
- Serra, C. (1980). O capitalismo colonial na Zambézia. *Estudos Moçambicanos*, (1), 33-52

- Kegode, P. (2015). Açúcar em Moçambique: Equilibrar competitividade com proteccionismo. SPEED & USAID
- Tongaat Hulett. (2017). *Integrated annual report*. (acedido a 02 de junho de 2019 em <https://www.tongaat.com/wp-content/uploads/2018/10/annual-report-2017>)
- Wuyts, M. (1981). Sul do Save: estabilização e transformação de força de trabalho. *Estudos Moçambicanos*, 3, 33-44
- Wuyts, M. (1989). Money and the agrarian question: the Mozambique experience. *Financing and economic development: A Structural Approach to Monetary Policy*. England, Hants, Gower, 233-261